

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

EVANGELINA RIBEIRO DE MAGALHÃES MEDEIROS

A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E A PRÁTICA COTIDIANA
NA ESCOLA – UM OLHAR SOBRE OS CONFLITOS ESCOLARES NA ESCOLA
MUNICIPAL CORINA FERRAZ DE BRITO E AS POSTULAÇÕES NO PPP

Almenara, julho de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

EVANGELINA RIBEIRO DE MAGALHÃES MEDEIROS

A CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS E A PRÁTICA COTIDIANA
NA ESCOLA – UM OLHAR SOBRE OS CONFLITOS ESCOLARES NA ESCOLA
MUNICIPAL CORINA FERRAZ DE BRITO E AS POSTULAÇÕES NO PPP

Trabalho apresentado à Universidade Federal
de Minas Gerais – UFMG- como requisito final
do curso de pós-graduação em Gestão Escolar.
Orientadora: Denise Bianca Maduro Silva

Almenara, julho de 2009.

SUMÁRIO

Introdução	01
Desenvolvimento	04
Considerações finais	07
Referencias	08
Anexo	09

INTRODUÇÃO

A educação está intrínseca nas mais diversas correntes de pensadores que ao longo da história fizeram da humanidade centro de questionamentos a respeito de valores morais e éticos, criticando padrões estabelecidos por uma sociedade dual, em que esta tornou-se baliza entre interesses de governos, família e sociedade.

Na evolução desta educação, perpassamos por diversas formas e modalidades que visaram a atender aos interesses da sociedade na qual estava inserida. Os espartanos, por exemplo, educavam seus filhos para a arte das guerras, os atenienses ensinando em praça pública valorizaram a arte do pensar, daí grandes nomes como Sócrates, Platão, Aristóteles, dentre outros. Na Idade Média, percebemos uma educação presa aos mosteiros, conhecida e desfrutada pelos membros do clero em que a Igreja foi responsável pela formação da união entre os povos medievais, influenciando nos dogmas, pensamentos e ações dos indivíduos. Modernamente, a educação adapta-se à idéia do pensar dos filósofos iluministas, mas ainda vive-se o conflito do homem e seu pensar voltado para Deus ou para o próprio homem. Contudo, as idéias surgidas incorporaram valores que incidiram em uma revolução que mudaria as visões sobre o homem, a liberdade, a fraternidade e a igualdade entre os seres. A Revolução Francesa, assim chamada, modificou padrões e destruiu dogmas presos à visão monárquica e de um povo que retorquiu na humanidade. Enquanto isso, no Brasil, nos tempos coloniais, a educação católica visava unicamente à catequização e à expansão da fé, através da religião. Nos período joanino e monárquico, a influência do padrão francês de educação determina a alusão e a criação de novos procedimentos educacionais. Deixa de ser dominada pela igreja e passa a ser de responsabilidade do Estado que ainda possuía uma visão excluista da grande parcela da população brasileira. Já na década de 30, no governo Vargas, a escola passa a funcionar como um padrão de inclusão dos trabalhadores. Assim, até os dias atuais, a educação adquiriu um papel mais popular. Nesta História de uma nação em formação, os princípios da educação e do agir como profissional do magistério são expressos no período populista e início da Ditadura Militar. Com o advento do novo modelo de Educação, surge Paulo Freire, que conseguiu adquirir renome internacional ao se utilizar de métodos

diversos para alfabetizar adultos, partindo sempre da realidade do alfabetizando, de suas conquistas, suas vivências, aspectos de formação e formulação de conhecimento. Com o passar da história o termo educação atingiu novos sentidos e conceitos, e a instituição ESCOLA passa a ser sinônimo de educar.

Para Pilleti (2000):

“a educação, sendo universal varia de sociedade para sociedade, de um grupo social a outro, segundo as concepções que cada sociedade e cada grupo social tenham de mundo, de homem, de vida social e do próprio processo educativo”.

Sendo a educação então um processo dinâmico e histórico vale a pena pensar que a partir da sua evolução diversas abordagens surgiram. De um lado a educação formal, como produto, certa, como meio, como prática individual, autoritária, opressora e reprodutivista e do outro, a educação informal, como um processo, a errada, como fim, como uma prática coletiva, democrática, libertadora e crítica. Estas diversas formas de se fazer pensar e falar em educação reproduz a idéia de formação de acordo a sociedade e com o grupo no qual está inserida.

Neste sentido, segundo a LDBEN (1996),

“educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Observa-se aqui que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em sua visão, reflete uma educação que se perpassa pela família, por instituições de ensino e de acordo com os movimentos nos quais estão inseridos, como por exemplo, o MST (Movimento dos Sem Terra) em que parte da realidade do sujeito com vistas a transformá-la, de forma que o Sem Terra seja o sujeito de sua realidade, ou seja, das relações estabelecidas em vários meios, seja escola, família, sociedade. É desse relacionamento interpessoal que surge a visão geral do papel de socialização dos preceitos e conhecimentos da escola que em conformidade com o inciso 1º do Art. 1º da LDBEN rege *“esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias”.* Aqui já se esclarece um tipo específico de educação, a Escolar, sendo desenvolvida em escolas seguindo um currículo nacional. Neste sentido, a escola assume o papel de educadora, mais restritamente para transmitir valores pátrios, conhecimento,

interagindo meio e sociedade, integrando a criança, o jovem e o adulto nas diferentes visões e sendo mola propulsora para a transformação social.

Mas, durante todo este prospecto histórico, o papel do gestor passa a assumir posicionamentos diversos em conformidade com as tendências a que estão propostas. Podemos assim, afirmar que o papel do gestor surge da necessidade de coordenar as atividades educacionais. O então chamado “diretor” passa a assumir as funções de administrador da escola com papeis unânimes de tomar decisões sobre o andamento da escola. Inicialmente, tal postulação se faz de forma a inferir um papel ditatorial, ou seja, com a formulação de preceitos de autoritarismo. Contudo, novos preceitos foram criados diante século XXI, que buscou compreender a gestão como espaço de trabalho e de formulação de ideais cada vez mais compartilhados, com as tendências de uma sociedade democrática. Pode-se verificar esta visão a partir do fim da ditadura militar, em que a escola assume cada vez mais o papel de formadora. A gestão, por sua vez, passa a possuir um aspecto cada vez mais dinâmico e de referencia para o desenvolvimento das relações entre os diversos segmentos da escola. Não se pode deixar de concluir que o papel do gestor, passa a construir ações para o trabalho coletivo, o que exige do mesmo atitudes como as de articulador, iniciativa, conhecimento de assuntos, técnicos, pedagógicos, financeiros e legislativos, espírito ético e solidário, conhecimento da realidade escolar, atitudes de liderança.

Segundo o Guia do Diretor Escolar do Estado de Minas Gerais (2008), o gestor deve ter “a cultura do querer fazer”, ou seja, possuir o ideal de busca e comprometimento com a realidade.

Neste sentido, todos os aspectos que influem a ação do corpo escolar, principalmente, do gestor está ligado ao seu papel de bom comunicador. A função lhe estabelece as habilidades de desenvolvimento de um trabalho articulado para o relacionamento interpessoal. Não é apenas o corpo escolar, formados pelos funcionários, mas o corpo da comunidade escolar, que engloba, pais, alunos, professores, entretanto outros membros que possibilitam o caráter comunicador e de relacionamento constante com a população buscando a sua participação de forma a conduzir a uma gestão democrática.

Ainda no guia do diretor escolar (idem) a gestão democrática:

“Requer a participação da comunidade escolar nos processos que se evoluem em permanente formulação e implementação de metas, objetivos, estratégias e procedimentos da escola, que sejam a respeito dos aspectos pedagógicos, quer sejam a

respeito dos aspectos pedagógicos, quer sejam relativos à gestão administrativa, dos recursos humanos e financeiros. Portanto, o diretor é necessário que a gestão escolar seja compartilhada, coletiva, participativa, democrática e que todos juntos – diretor, pais, comunidade, professores, alunos, funcionários – busquem caminhos, soluções para os entraves e consigam realizar o sonho coletivo : todos os alunos aprendendo”.

Neste sentido, promover a gestão democrática significa compreender o papel dos membros da comunidade escolar, com ênfase no papel primordial de construção de um relacionamento que possibilite a construção de novos pensamentos. É esta visão que compreende a reformulação de paradigmas e de uma nova escola, na qual o gestor deverá conduzir para a construção de dogmas e de uma Gestão das Relações Interpessoais na Escola, tomando por base referencia educacional do setor educacional e o PPP da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito.

O foco deste trabalho não são as relações interpessoais como geralmente se fazem nas mais diversas áreas do setor de recursos humanos, mas todo o foco será dado ao contexto escolar, de forma a construir possibilidades para que o gestor entenda o papel das diferentes relações no ambiente como algo dinâmico e que infere no processo de ensino aprendizagem, tendo como olhar o gestor escolar no seu aprofundamento com os conflitos escolares.

DESENVOLVIMENTO

As relações interpessoais na escola vão muito além do que a compreensão dos trabalhos desenvolvidos na sala de aula, entre professor e aluno. Ela compreende as ações de todos os membros do corpo escolar para a construção de qualquer forma de comunicação. São estas ações que muitas vezes formatam as ações de alunos das escolas. É comum perceber professores agressivos com seus alunos, com colegas o que impede a construção da aprendizagem, significando entraves nas diversas relações e mutações do contexto escolar. São as relações estabelecidas que possibilitam o processamento de dados e formatam a construção de pensamentos correntes, bem como o ato de ensinar e aprender.

Tal fato é essencial na compreensão do gestor escolar por lhe delimitar ações da escola para correção de distúrbios de aprendizagem. São pequenos

conflitos que possibilitam a configuração de escola como boa ou ruim. Mas o que seria os conflitos.

Os conflitos são conhecidos historicamente e compreendem as mais variadas situações, desde o processo eleitoral para um gestor escolar, conforme o caso, seja no debate de posicionamentos dentro da escola. Para o dicionário da língua portuguesa, o termo pode designar “*choque, colisão (de interesses, idéias, etc)*”.

Como fato histórico os conflitos integram a estrutura social, seja na grade familiar, seja no sentido de conduzir a concepção de instrumentos de aprendizagem, de avaliação, ou mesmo na função de articulador das inúmeras possibilidades de aprender e sentir as estruturas educacionais.

Inúmeros fatos possibilitam o desenvolvimento de conflitos na escola, entre eles, conforme Megginson e Mosley (1986, p. 471-472) : “*etnocentrismo..., uso impróprio de práticas gerenciais..., percepções diferentes... e comunicação errônea*”.

O etnocentrismo está vinculado a configuração de pensamento voltado para determinada cultura, como possibilidade de resolução de problemas diversos, seguindo os preceitos desta cultura. Um exemplo são os eventos realizados na escola, em que muitos divergem da participação postulando costumes de ordem religiosa.

O uso impróprio de práticas gerenciais ocorre quando da aplicação de determinada prática comumente utilizada em outras escolas de outras regiões do país, em virtude de sua eficiência e eficácia, não ostentando conteúdos de forma caracterizadora da realidade local.

Já as percepções diferentes, concretiza a maior divergência dentro dos espaços escolares, principalmente, quando se trata de questões políticas de vínculo partidário, como ocorre nas cidades do interior em que as questões políticas atingem diretamente o trabalho dentro da escola.

As comunicações errôneas são obstantes e fatos utilizados pela transmissão e/ou compreensão errada de informações. Na escola também algo comum, como da informação de fatos relacionados a vida do professor.

E o gestor onde fica nesta história?

O gestor como mediador da escola é o ser responsável pela consolidação de ações no sentido de promover a harmonia. Os conflitos ocorrem e fazem parte da própria dinâmica na escola, seja na divergência de idéias sobre a política

pedagógica, administrativa, a resistência a mudança, mas que estão relacionados à formação de cada um, vinculados a determinada cultura e pragmatismo que ostentam como ideal e construtivo possibilitando a diversidade e a ampliação de ideais.

Ao mesmo tempo pode construir pensamento como também gerar conflitos graves.

Para Araújo (1998) expõe:

“Cada questão ligada ao funcionamento da escola vai ter os pró e os contras. Por exemplo: os alunos devem usar uniforme?; a escola deve ter neutralidade religiosa?, a diretoria deve ser eleita pela comunidade ou escolhida por uma autoridade superior? Como conduzir um projeto comum, se cada professor, funcionário ou aluno tem uma proposta diferente para a escola?”

O gestor neste sentido, deve procurar compreender as diversas marcas que se desenvolvem na escola, para possibilitar a sua resolução.

Assim, Marques e Cunha expõem que:

A gestão do conflito envolve o diagnóstico e a intervenção a nível intrapessoal, interpessoal, intragrupal e intergrupar. Assim, compreender o conflito é um primeiro passo para a sua resolução produtiva e construtiva, sendo importante ter presente que, em função da forma como ele é encarado e gerido, assim pode ter conseqüências construtivas ou destrutivas.

Levantar as causas para os conflitos é um primeiro passo para gerir e solucionar problemas dentro da escola seja em relação ao professor, ao aluno ou aos demais profissionais da escola.

Posteriormente, ao levantamento do problema cabe ao gestor escolar formular posicionamentos que o levem a solucionar o problema, seja através do diálogo, de advertência, e de postulações posteriores.

Na Escola Municipal Corina Ferraz de Brito há conflitos de ordem de ideais políticos, tais como partidarismo. No PPP o trabalho com as diversidades é estabelecido através de normas de conduta e de um trabalho integrado, na qual o gestor juntamente com o conselho escolar busca trabalhar e entender as diferentes situações, para em conjunto tentar solucioná-lo.

A resolução dos conflitos estão baseados nos critérios de formatação e idealização de uma socialização de ideais e de introduzir as discussões no meio escolar, tornando a decisão algo que envolva diferentes segmentos, no sentido de promover uma decisão democrática.

Estes problemas devem oferecer atitudes, vínculos e grades com atitudes que busquem a concretização do plano da escola, das ações da instituição e que vincule a aprendizagem e ao foco de trabalho do aluno e ainda

Marques e Cunha desenvolvem métodos que visam

Determinar as variáveis que estabelecem a diferença entre as conseqüências construtivas ou negativas é não só possível como desejável. O referido autor entende que tal consegue-se fazendo uso de dois conceitos tão simples quanto eficientes, ou seja, um processo construtivo de resolução de conflitos é semelhante ao processo efetivo e cooperativo de resolução de problemas, enquanto que um processo destrutivo de resolução de problemas tem muito em comum com as características de um processo competitivo de interação social.

Assim, a formação humana é um papel da escola e como tal deve refletir diferentes posicionamentos para que conduza sempre a novos conceitos e paradigmas. Não é ato único, mas algo que integre as possibilidades de verificar uma nova aprendizagem e um novo trabalho que conceitue diferentes aspectos para a produção de uma sociedade inovadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo este trabalho, foi de essencial importância a construção de um texto com base e entendimento de um dos temas mais importantes porém pouco debatido na escola e que vem tomando espaço cada vez mais nos centros de discussão, no papel que o educador assume diante da sociedade, e os respaldos que a mesma exige dele. Não é fácil educar, nem ao menos avaliar, mas é fato importantíssimo contribuir para a formação do homem e assim contribuir para a inclusão do mesmo. Não são atitudes simples, mas o ato de querer já é uma atitude. O ato de pensar diferente envolve assuntos e temas diversos.

Percebeu-se que os Conflitos escolares é “um bicho de sete cabeças” na escola e que a mesma precisa atender a sua função social de criar espaços para a diversidade de idéias e pensamentos. Neste sentido, as dificuldades afloram, mas acolher, incluir, são os novos desafios do novo milênio. E neste desafio caberá ao gestor se interagir e construir diferentes mecanismos que proporcionem uma inovação na forma de pensar e de agir para que possamos reconstruir a sociedade. O gestor deverá “arregaçar as mangas” pois o trabalho não é fácil. Sentir e fazer a mudança, a diferença é difícil. O gestor escolar deverá ser homem de seu tempo e

de seu país para que seja capaz de formular uma nova posição e uma nova cara a escola, que deixe de ser apenas informativa para assumir a formação humana. Vislumbrar cada segmento, seja ele pais, educadores, técnicos da educação, direção em busca de uma nova terra, nova brasilidade. Não é fácil sentir ou entender os conflitos, mas é fato que devemos construir uma nova sociedade e um novo mecanismo que faça sentir e reconstruir todo um programa que saia das idéias de autoritarismo, perseguição e brigas e possibilite a difusão de ideais levando-se chegar a um novo Brasil, com uma nova cara. O gestor escolar frente ao processo de relacionamento deverá nortear as ações docente, discentes, e familiares para um nova temática e uma nova forma de agir diante das questões de tempo, de espaço, de singularidades de cada membro dentro do contexto escolar, ou seja, agir para despertar em cada um a sua especificidade, a arte que existente na alma de cada membro da comunidade escolar, para que conflitos sejam abertos a construção de uma nova sociedade exigente e que busca pessoas coesas e coerentes que atinja ações para a contemporaneidade.

Por fim, dirigir, coordenar é procurar verificar a sua máscara. É mesclar amor e trabalho, juntar as diversidades e formular um novo Brasil e uma nova época para a melhoria do ensino e da aprendizagem, para assim crescer e transformar as gerações do futuro. O trabalho já começou.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei 9394 – LDB – **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996.

MINAS GERAIS. **Guia do Diretor Escolar da Secretaria de Estado da Educação**. Belo Horizonte, 2008.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: atica, 2000. Série Educação.

MEGGINSON, Leon C. & MOSLEY, Donald. **Desenvolvimento Interpessoal**. Rio de Janeiro: José Olympio.

MARQUES, Luis e CUNHA, Pedro. **Estilos de gestão de conflito em contexto escolar: análise de algumas variáveis relevantes**. In: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628c0505097d_1.pdf

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito.

Anexo - PPP

Sumário

EPÍGRAFE	
APRESENTAÇÃO	1
I. O CONTEXTO	
1. Dados de Identificação da Escola	2
2. Caracterização da Instituição	2
3. História da Escola	2
4. Diagnóstico da Escola	7
5. Base Legal da Escola	9
II. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	10
1. Contexto Sócio-Histórico	10
2. Justificativa	11
3. Princípios norteadores da Escola	13
4. Fundamentação Teórica	15
5. Objetivos da Escola	20
6. Finalidades	20
7. Perfil da Escola	21
8. Linhas Metodológicas	24
9. Composição Curricular.....	
10. Fundamentos Administrativos, Financeiros e Regras de Convivência.....	
11. Avaliação.....	
BIBLIOGRAFIA.....	32
ANEXO 1 –	
ANEXO 2 –	

“Uma proposta pedagógica não pode estar
aquém nem além do nível de
desenvolvimento da criança. Uma boa
proposta que facilite esse
desenvolvimento é aquela em que a
criança vacila diante das dificuldades, mas
se sente motivada com seus recursos
atuais a superá-las, garantindo as
estruturas necessárias para níveis mais
elevados de conhecimento”.

João Batista Freire

APRESENTAÇÃO

No propósito de alimentar a sua prática pedagógica, as escolas têm percebido a necessidade de desenvolver reflexões, tanto quanto possível, nos seus diversos segmentos, de modo a reafirmar/rever, através de seus currículos, os princípios político-pedagógicos que dão suporte às iniciativas educativas a serem implementadas.

Nesse contexto, o presente Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Corina Ferraz de Brito, integrante da Rede Municipal de Ensino de Almenara, foi concebido e elaborado a partir da compilação do conjunto de leitura crítica de documentos e informações sobre as mudanças das diretrizes que norteiam os princípios teóricos e metodológicos da prática educativa e da reflexão sobre a formação e o fazer do aluno, considerando o seu papel na sociedade, sem perder de vista a conjuntura contemporânea.

A escola tem orientado suas reformulações respaldadas nas transformações por que passa o Ensino Fundamental e na formação de quem pensa versus formação de quem faz.

Além de buscar superar essas dicotomias, historicamente postas, pretende-se contemplar uma concepção de currículo que permita ao aluno do Ensino Fundamental a interagir com as diversas áreas do saber pedagógico: a Pesquisa, como forma de articular e aprofundar temas de interesse, revisitando teoria e prática, como fontes de produção de novos conhecimentos; a Prática, com base nas teorias e procedimentos didático-metodológicos, e a Avaliação, permitindo aos alunos o contato com as iniciativas educacionais presentes dentro e fora da comunidade estudantil, como suportes básicos para a elaboração e produção de trabalhos científicos. Essas áreas, em conjunto, objetivam a formação do saber construído, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação do aluno junto ao mundo que vive e convive, objetivando o mundo do trabalho de forma crítica e consciente e exercendo sua cidadania.

Finalmente, é importante ressaltar que este Projeto Político-Pedagógico não é um documento definitivo, ao contrário, deve ter um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que estejam sempre de acordo com os interesses e necessidades de uma sociedade justa e igualitária.

MISSÃO DA ESCOLA

Proporcionar ao indivíduo condições de perceber-se como agente ou sujeito de seu próprio crescimento, garantindo-lhe o envolvimento ativo no processo de aprendizagem, pautado em princípios éticos e morais que conduzam à formação de um cidadão íntegro, responsável, consciente e coerente.

I. O CONTEXTO DA ESCOLA MUNICIPAL CORINA FERRAZ DE BRITO

1. Dados de Identificação da Escola

Nome da Instituição: Escola Municipal Corina Ferraz de Brito

Rua: Dr. Sabino Silva S/N

Bairro: Santo Antônio

CEP: 39.900.000

Telefone: (33) 3721.1863

Entidade Mantenedora: Secretaria Municipal de Educação

Data de criação da escola: 18 de Setembro de 1997

Autorização de Funcionamento: Resolução SEE Nº 7975 de 25/04/1997

Reconhecimento: Resolução SEE Nº 169 de 14/02/1998

Turnos de Funcionamento: matutino, vespertino e noturno.

Nível de Ensino ofertado: Anos iniciais e finais do Ensino Fundamental de 09 anos

Modalidades de Ensino: Educação de Jovens e Adultos

2. Caracterização da Instituição

A Escola Corina Ferraz de Brito desenvolve trabalhos de ensino no nível Fundamental, visando à formação do aluno como cidadão reflexivo, crítico e ativo para atuar como agente transformador, para atender as demandas advindas da comunidade e da sociedade em geral, de modo a:

- Possibilitar o domínio dos instrumentos essenciais à aprendizagem para toda a vida, a leitura, a escrita, a expressão oral, o cálculo, a capacidade de solucionar problemas e elaborar projetos de intervenção na realidade;
- Programar ações que possibilitem o domínio dos conteúdos básicos de aprendizagem, conhecimentos conceituais essenciais dos vários campos do saber, capacidades cognitivas e sociais amplas e procedimentos gerais e específicos dos diversos campos do conhecimento, bem como valores e atitudes fundamentais à vida pessoal e a convivência social.

3. História da Escola

Em 18 de setembro de 1997, no governo Prefeito Municipal Dr. Chaeu Chequer Filho, tendo como Secretária Municipal de Educação, a Pedagoga e Professora Eliane de Menezes Teixeira Alves, foi criada a Escola Municipal Corina Ferraz de Brito, destinada ao Ensino Fundamental – 1ª ano do ciclo básico ao 3º do ciclo avançado, mas através da Portaria Nº 469/98 nos termos da Resolução SEE Nº 7376, publicada em 25 de abril de 1995 e Resolução CEE Nº 169, publicada em 14 de fevereiro de 1998, foi autorizado o funcionamento da Escola Corina Ferraz de Brito, de Ensino Fundamental, em regime de seriação (1ª a 8ª séries). Recebeu o nome de antiga moradora da cidade, Dona Corina Ferraz de Brito e como primeira Diretora foi nomeada a senhora Hélia Torres Teixeira, que teve sua gestão até o final do ano de 2000.

A escola passou a funcionar nas instalações do prédio então construído para funcionar o CAIC (Centro de Atendimento Integral à Criança). As instalações amplas, arejadas, equipadas com cozinha industrial, câmara frigorífica, consultório odontológico infantil, sala laboratório de ciências, oficina de marcenaria, anfiteatro,

biblioteca, espaço suficiente para abrigar a Escola que se iniciava a Escola Tinah Ripalta de Menezes, além da Secretaria Municipal de Educação.

No mandato do Senhor Prefeito Dr. Manoel Francisco da Silva, a escola teve como Diretoras nomeadas, as senhoras Ana Maria Amaral Toledo Coelho, de 2001 a 2002 e Sildy d`Angelis Chaves, de 2003 a 2004.

No atual governo do Senhor Prefeito Dr. Carlos Luiz de Novaes, quando então é Secretária de Educação a professora senhora Gláucia Gomes Martins, tivemos como diretora da escola a senhora Maria Amélia Guimarães em 2005 e para sua sucessora foi nomeada em 2006 a senhora Zenaide Fonseca Barbosa.

4. Diagnóstico da Escola

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito tem como fundamento a participação democrática de todos os segmentos da comunidade escolar na construção de sua proposta educacional, cumprindo sua missão de oferecer um ensino de qualidade que vise à formação intelectual e cidadã de seus alunos.

Direção e professores buscam harmonia e equilíbrio nas decisões, de modo a favorecer a construção de uma relação democrática, plural e transformadora, que inclua o diferente e supere as marcas sociais do preconceito e individualismo que historicamente imperam nas instituições educacionais.

A construção dessa relação tem sido o grande desafio.

Muitas vezes as circunstâncias das condições de trabalho, das questões particulares e até mesmo de formação profissional se sobrepõem à concentração desta Integração necessária e imprescindível para alcançar a Escola desejada.

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito, atende a uma demanda considerada satisfatória para os padrões do ensino público, nas formas de qualidade e gratuidade. Seu currículo confere com a base comum estabelecida nos PCNs, a parte diversificada é escolhida de acordo com a realidade do seu alunado e dos profissionais habilitados e disponíveis. Não obstante os esforços, lacunas deixadas pela falta de capacitação e treinamento periódica da equipe, a fim de manter uma unidade tanto junto ao corpo de professores a própria instituição.

Quanto a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por sua vez, considerou a necessidade da escola levar em conta as prioridades relativas ao grau de pertinência social que assumia a educação de adultos face às exigências colocadas pelo processo de transformação social, bem como de contribuir para que o adulto fosse encarado como sujeito histórico deste processo. Também foi levada em conta a carência de agentes e técnicos educacionais com formação específica para intervir no campo da educação de adultos, correlacionada com a urgência de atendimento de uma demanda crescente, manifesta através de instituições, grupos e organizações – promotores de programas, projetos e/ou experiências com adultos, vinculados tanto ao Estado como à Sociedade Civil. No tocante a Almenara, esta problemática assumiu uma relevância ainda maior, tendo em vista o trabalho; desenvolvimento de experiências educativas com adultos vinculada à consolidação dos movimentos populares no campo e na cidade.

A função do educador foi definida a partir de prioridades formuladas em termos de assessoria e docência na área de educação de adultos. Nesta perspectiva, o educador de adultos deveria ter condições teórico-metodológicas para: planejar, assessorar e avaliar programas, projetos e experiências na área, vinculadas a processos formais de escolarização e a processos não formais de práticas alternativas; assumir a docência de disciplinas específicas da área; contribuir qualitativamente para o estudo crítico dos diferentes tipos de práticas de educação de adultos, bem como para a produção/sistematização do conhecimento oriundo dessas práticas e para a definição de políticas pertinente às necessidades da educação de adultos.

Acompanhando a dinâmica das mudanças sociais e educacionais, a escola se preocupou em adequar sua realidade a elas.

Deste modo, o ensino fundamental ora proposto é o resultado conseqüente de uma construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da comunidade dos docentes, discentes e funcionários da unidade de Educação num processo de avaliação contínua e tomada de consciência da importância dessa tarefa educativa.

No trabalho pedagógico existe a necessidade de diversificar as atividades com o intuito de atender as diferenças individuais e o interesse e motivação do aluno drasticamente comprometido pela discrepância entre o "mundo lá fora" e o "mundo da escola".

Os alunos têm uma rotina diária de 4 horas e 30 minutos dividida em três turnos. As turmas são heterogêneas, o acesso à escola se dá através da matrícula e atende a clientela indistintamente, de forma a promover a inclusão social.

Percebe-se um bom relacionamento entre professores e alunos e um investimento na superação de desentendimentos, quando ocorrem.

Todas as reuniões da escola ocorrem segundo o calendário escolar, elaborado com a anuência de todos os funcionários e respeitando a realidade local.

O colegiado trabalha juntamente com a direção, decidindo desde a aplicação dos recursos financeiros e as formas alternativas de arrecadação de verbas, a tudo que for solicitado.

O quadro social do alunado se aproxima bastante das descrições que caracterizam a realidade de Vale do Jequitinhonha frente às outras regiões mineiras. Muitas vezes manter o aluno na escola, haja vista sua condição econômica limitada é difícil.

Junto à carência social, econômica e cultural, vem também a carência afetiva, diante a diversidade de formas de agrupamentos familiares: "filhos sem pais", pais com dependência química, ausentes, alheios e omissos a educação de seus próprios filhos, tornam o foco de atenção da escola.

Os professores muitas vezes são o esteio para esses jovens e adolescentes que transferem para a Escola a referência de lar, família e afeto. E é esse o papel da escola: fazer frente a esta realidade, dentro das condições e incluir em seu currículo o compromisso com a formação integral dos educandos, trabalhando conceitos indispensáveis à formação de ser humano.

Cidadania e Paz são elementos articuladores do Projeto Político Pedagógico desta Escola, que pretende ser um documento dinâmico e atual que reflita a realidade de sua prática pedagógica e o compromisso com a construção de uma sociedade ecologicamente correta, economicamente viável, ambientalmente justa e solidária.

Questões envolvendo sete itens básicos para a construção de uma escola de qualidade: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico e acesso, permanência e sucesso na escola, foram debatidos por toda a

comunidade escolar: representantes de todos os seguimentos foram convocados e se o assunto não foi suficientemente discutido, foi exatamente pelo maior problema diagnosticado: a falta de participação das famílias na educação dos seus filhos.

Num segundo momento, realizou-se um questionário que foi respondido pelos alunos e num terceiro momento, pelos professores da escola, de forma individual. Desta forma, todos foram incluídos no processo de tomada de opiniões para avaliação, reflexão da qualidade na educação e decisões da escola para construção do seu Projeto Político Pedagógico.

São problemas que a escola possui:

- Descompromisso dos pais;
- Famílias desestruturadas;
- Pouca integração entre os professores, equipe pedagógica e direção;
- Alta rotatividade no quadro de professores e funcionários;
- Falta de oportunidades para a exposição de idéias, mistura entre política e educação;
- Alguns professores antiquados, despreparados, estressados e que não aceitam mudanças;
- Falta de equipamentos de apoio à área pedagógica;
- Baixo nível de proficiência dos alunos em relação à série que se encontram;
- Um percentual significativo de alunos fora da faixa considerada correta para a idade, atrasos na aprendizagem.

Concluiu-se que os problemas são gerados pelo baixo salário dos professores, que sem consciência de classe, não sabem lutar por seus direitos e que juntamente com os governantes misturam política à educação.

Avanços que a escola teve:

- Baixo índice de evasão;
- Professores buscando mais conhecimentos e maior formação;
- Equipe pedagógica atendendo a todos os níveis do ensino;

No Relatório Final dos trabalhos concluiu-se que: temos uma escola responsável e segura do que transmite; que se empenha em melhorar o trabalho e é humana.

A escola funciona nos turnos da manhã, tarde e noite, tendo, atualmente, mais de mil alunos matriculados e 57 professores.

5. Justificativa

A Escola Corina Ferraz de Brito, compreendida como local dinâmico de saberes, espaço de diálogo, busca permanente de sintonia com nossos tempos, atenta às mudanças e renovações, como também impulsionada pelas necessidades educacionais da realidade circundante, não pode se eximir de seu compromisso com os projetos que buscam a melhoria da educação. É sabido que diversos são os determinantes que favorecem a deterioração da qualidade da educação ofertada nas escolas públicas e que, muitos deles, estão diretamente ligados às relações sociais e econômicas as quais está submetida grande parte da população. Essa é uma constatação que não pode levar ao imobilismo dos que fazem a educação, pelo contrário, o sistema educacional deve buscar, sem perder de vista a globalidade e as circunstâncias, desenvolver ações peculiares novas práticas educativas que orientem.

Para isso, urge superar a visão dicotômica, em que de um lado se coloca a teoria e de outro a prática, historicamente presente no processo ensino-aprendizagem, sendo fundamental uma concepção de currículo que leve em conta as experiências vivenciadas no âmbito educacional, de modo a proporcionar aos alunos a reflexão e a otimização de sua prática profissional. Desse modo, o ensino fundamental possibilitará a formação de um aluno capaz de atuar nos processos sociais e criar alternativas com potencial para enfrentar as problemáticas que emergem do mundo atual. Sabe-se que estudar hoje significa preparar o aluno para viver em meio a toda uma complexidade de um mundo que se torna cada vez menor e mais complexo e interligado, onde as decisões tomadas em uma parte do globo afetam sobretudo a outra. Os meios de produção mudaram antigos empregos foram extintos e novos estão surgindo. Deve-se desde já pensar em prepará-lo para a inserção e atuação na sociedade e não em um futuro distante.

A escolha de um projeto particular que atenda a todos os segmentos da escola, seria difícil se a mesma não tivesse um trabalho em que se apoiasse para atuar sua práxis educativa. E também, com o mundo de informações que

bombardeiam os sentidos dos alunos e muitas vezes interferem em qual a melhor opção entre tantas.

Tomando por base as conversas, os interesses demonstrados, os fracassos e algumas vitórias, e dando prosseguimento aos projetos desenvolvidos na Escola nos anos anteriores, se executará o seu Projeto.

O Projeto sugere a inserção dos outros temas transversais como:

- Ética e Sociedade; a Ética na Educação Escolar; Respeito mútuo, Justiça, Solidariedade e Diálogo;
- Pluralidade Cultural: Direitos Humanos, Direitos de Cidadania e Pluralidade;
- Meio Ambiente: a relação entre a comunidade e a escola;
- Saúde: Drogas, Vida coletiva; Orientação Sexual: prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS;
- Trabalho e Consumo: Os jovens, a escola e a inserção no mercado de trabalho;

Essa dinâmica pedagógica contribuirá para uma flexibilização no ensino, assegurando uma maior dinamicidade e atualização da formação básica e opções diferenciadas de atuação profissional para atender as necessidades e interesses dos alunos e da realidade.

6. Princípios norteadores da Escola

Partimos do entendimento de que a Escola Corina Ferraz de Brito, inserida nesse novo cenário social em que a principal característica é o fabuloso acúmulo da informação, é formadora de parte razoável de cidadãos que integram as instituições e o mercado de trabalho. Sendo assim, não pode desconsiderar que os recentes e intensos impactos sócio-econômicos e culturais que velozmente se propagam e afetam em diferentes graus a rotina de todos os segmentos sociais, tem também conseqüências na educação.

Apesar de sua pretensa hegemonia, a globalização da sociedade, caracterizada pela incessante competição que se associa ao poder econômico e gera uma brutal exclusão social, não elimina a cultura regional, de grupos que

cultivam identidades próprias, alimentadas pela realidade local. O saber e o conhecimento humano, que pareciam perder muito sua função de busca de sentido para a vida, pode ser resgatado, através do reconhecimento de um mundo composto pela diversidade, pela pluralidade cultural e pela necessidade de múltiplos olhares sobre a realidade social e, sobretudo, sobre a educação.

O papel da escola, relacionado à formação do aluno, necessita, portanto, de uma redefinição que possibilite acompanhar a sociedade e que defina os contornos do exercício profissional contemporâneo, entendendo a formação em nível fundamental como tarefa que se realiza ao mesmo tempo em que acontecem as inovações. A decorrência normal desse processo exige não só o domínio do saber, mas dos seus modos de produção, de modo a criar condições necessárias para o permanente processo educativo.

As transformações construídas na prática dos “movimentos nacionais” dos educadores e pesquisadores vêm buscando responder as mudanças pelas quais passam a escola e dirigem-se ainda para a compreensão e tentativa de recuperação da dicotomia professores versus especialistas, teoria versus prática. Assim entendido, o ponto de partida para a formação do profissional da educação é a compreensão da sociedade com toda sua dinamicidade. Os homens, seres históricos, apreendem a educação necessária na medida em que são capazes de compreender o processo de construção da vida ou, o que não é diferente, o movimento de transformação do trabalho. Compreender essa questão é perceber que não existe educação à parte da própria materialidade que possa ser apreendida pelos homens. Tratar a educação como uma ação da sociedade, como espaço de confluência do conhecimento científico e como profissão, é tratar do próprio processo de realização do homem e, portanto, não é um processo exclusivo da escola, mas um compromisso que a transcende para tornar-se, também, um compromisso com a história.

Baseado nisso, a formação do aluno implica em possibilitar o entendimento desta totalidade e, conseqüentemente, a capacidade de elaborar e reelaborar conhecimentos que lhe permitam atuações mais articuladas e efetivas. Daí a necessidade de formação de cidadãos reflexivos e críticos, capazes de enfrentar as situações novas com que se deparam no dia-a-dia.

Para que isso se efetive, faz-se necessário uma sólida fundamentação teórica em torno das questões da prática educativa e, concomitantemente, um

tempo significativo para a vivência e construção de novas práticas, de modo que o aluno vincule-se às diferentes realidades, não como mero observador, mas como sujeito, co-responsável com os demais sujeitos das práticas em questão.

Um ensino comprometido com uma educação assim concebida insere-se no debate da sociedade para poder refletir, adequadamente, sobre os problemas específicos da região, enquanto consequência de um movimento social maior. É necessário tratar da produção pedagógica como prática dos homens, em que o conteúdo pedagógico é determinado pelo conteúdo social e vice-versa.

As considerações anteriormente delineadas levam a definição dos seguintes princípios que atendem a uma abordagem pluralista da educação, partindo da interdisciplinaridade implícita no processo educativo:

- **Princípio sócio-histórico do conhecimento**, entendendo o conhecimento como produto da construção histórica do ser humano, que nas suas interações o constrói e reconstrói, conforme suas necessidades.
- **Princípio de uma concepção de sociedade com maior justiça social**, o que pressupõe melhor qualidade de vida, por meio de diferentes formas de pensar e atuar sobre a realidade, que se apresenta de modo multifacetado, plural e complexo.
- **Princípio da compreensão das diferenças**, formadora da sociedade brasileira. As diferenças de etnia, gênero, classe etc. que dão origem a diferentes modos de organização da vida, valores e crenças apresenta-se para a educação como um desafio interessante e contribuidor, de forma que é impossível desconhecê-lo e ignorá-lo.
- **Princípio da compreensão da pesquisa como processo educativo**, enquanto fio condutor e elemento aglutinador dos demais componentes curriculares, constituindo-se em elemento articulador entre teoria/prática.
- **Princípio da compreensão da práxis**, enquanto unidade teoria-prática.

O ensino fundamental do presente e do futuro terá de ser aberto à dinâmica social e atento às mudanças que ocorrerem no processo histórico, visando a uma

permanente avaliação curricular por parte dos professores, alunos e comunidade escolar a partir da concepção de que o currículo não é algo pronto e imutável, e, sim, um contínuo processo de construção participativa baseada na investigação e práticas coletivas.

5. Objetivos da Escola

- Desenvolver posturas éticas e críticas que ofereçam aos alunos chances de trabalhar, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção da história;
- Desenvolver o pensamento analítico e crítico do aluno e sua capacidade de criar soluções para as dificuldades encontradas;
- Propiciar a oferta de referenciais teóricos básicos que contribuam para a atuação do indivíduo de forma criativa em situações diversas;
- Articular o ensino, a pesquisa e a extensão às demandas sociais;
- Estimular uma postura ativa na busca e construção dos espaços sociais, para a definição de seus próprios caminhos.
- Assegurar uma prática pedagógica que resgate ou construa o auto-conceito do aluno, a confiança em si e em suas potencialidades, com vistas a elevação de sua auto-estima;
- Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social;
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos científicos e históricos, assim como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade;
- Ter acesso a outros graus ou modalidades de ensino, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento.

Em uma escola que tem como base a formação do cidadão, pretende-se desenvolver no aluno a capacidade de:

- Entender os novos parâmetros da cultura como atividade humana, como prática de produção e de criação;

- Compreender o processo de trabalho que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal;
- Compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria e a prática;
- Identificar os processos culturais que se desenvolvem na prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas;
- Equacionar os fundamentos das políticas públicas e, a partir delas, intervir nas diferentes instâncias, em condições de propor/alterar/contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares, de forma a eliminar as discriminações e a seletividade que hoje impedem o acesso e o direito à educação;
- Buscar articulações que permitam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico;
- Vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar no trabalho pedagógico, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;
- Implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- Assumir o compromisso de contribuir para a melhoria da educação e das condições sociais sobre as quais ela se dá.

Assim é que, esta escola, com um único currículo, de conhecimentos obrigatórios, optativos e flexíveis, segundo os interesses específicos, terá a docência e a gestão como base para o exercício da prática pedagógica, o que irá possibilitar ao aluno um repensar e recriar a sua teoria, na relação dialógica entre teoria e prática.

6. Finalidades

Considerando que o conhecimento é essencial para a realização do ser humano, que o indivíduo consciente de suas potencialidades se integra melhor à sociedade e para ela contribui positivamente, que a Educação é um processo contínuo, capaz de interferir no desenvolvimento psicossocial do educando, feita de

forma sistemática e/ou assistemática, que a consciência crítica da realidade que o rodeia é fundamental para a formação do cidadão, que a Escola não deve ser mero veículo de transmissão de conhecimento, mas de desenvolvimento dos potenciais e aptidões do educando, num processo transformador de seu aprendizado; que a Escola não pode ignorar a bagagem cultural trazida pelo aluno, que somente pelo caminho da Educação, o indivíduo se fará agente do processo de “conviver” no mundo; consideramos a Escola, como instituição social, que visa proporcionar aos educandos meios e condições para o desenvolvimento global de suas potencialidades, valorizando a integração de sua cultura regional com o conhecimento universal, de modo a contribuir para a formação de um ser agente, participante, reflexivo, crítico e transformador.

O ensino estará voltado para a formação do aluno que seja capaz de estabelecer atitude questionadora, crítica e equilibrada no exercício da cidadania. Cultivando o conhecimento, como fonte central de mudanças, principalmente de humanização, sem perder de vista a perspectiva ética, a escola propiciará a ressignificação de formas de atuação coerentes com o papel atribuído à educação e ao conhecimento no mundo de hoje, assumindo assim, seu compromisso histórico. Portanto, o aluno egresso da Escola Corina Ferraz de Brito, será capaz de refletir sobre seus conhecimentos científicos, culturais, sociais, estéticos e políticos, em vistas a uma educação de qualidade, como é o anseio de uma sociedade democrática.

7. Perfil da Escola

Entendendo que a democratização do ensino passa pela formação, pela atuação, pela valorização dos educadores bem como por suas condições de trabalho, pesquisadores têm apontado a importância do investimento em seu desenvolvimento profissional, como um processo de valorização de sua identidade e profissão.

O desenvolvimento profissional do educador deve constituir-se em objetivo de propostas educacionais que valorizem a sua formação, baseando-a não mais na racionalidade técnica, que os reduz a meros executores de decisões alheias, mas numa perspectiva que reconhece sua capacidade de participar, analisar, propor e decidir. Ao confrontar as ações cotidianas com as produções

teóricas, o educador precisa rever as práticas e as teorias que as informam, pesquisando a prática e produzindo novos conhecimentos para transformá-las e aprimorá-las.

Nesse sentido, as transformações das práticas pedagógicas só se efetivam na medida em que os educadores ampliam sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a do espaço educacional como um todo, sobre a prática dos sistemas de ensino e das políticas públicas, que interferem e influenciam na sua atividade. Mas elas, em certa medida, também são determinadas pelos resultados do conhecimento que ele produz ao atuar. Para isso, precisam ter o domínio de conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade. Esse modo de entender o papel do educador ressalta sua colaboração na transformação das práticas educacionais em termos de gestão, de currículo, de organização, de projetos educacionais e de formas de trabalho pedagógico.

Compreende-se que a formação do educador deve assentar-se num tratamento teórico-metodológico pautado nas seguintes premissas:

- Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação. É necessário aprofundar a compreensão dos elementos que caracterizam a totalidade do trabalho pedagógico em suas dimensões/tarefas de docência, gestão e coordenação pedagógica, onde quer que ele se desenvolva: no sistema escolar ou em outras instâncias/formas educativas;
- Sólida formação teórica, permitindo a compreensão da educação em todas as suas dimensões de modo a responder as exigências da realidade atual em relação à educação – escolar e não escolar – e também às necessidades e problemas sociais e às demandas da escola pública;
- Espaço para a pesquisa e conhecimento/intervenção na realidade escolar e novas formas de relação/unidade teoria-prática no interior do currículo;
- Trabalho partilhado/coletivo nas disciplinas e no conjunto do trabalho pedagógico do curso, articulados através de eixos temáticos;

- Trabalho interdisciplinar, que busque articulação entre os docentes, entre diferentes grupos;

Assim, de um lado, impõe-se considerar que a atividade do profissional da educação tem uma natureza pedagógica, isto é, vincula-se a objetivos educativos de formação humana e a processos metodológicos e organizacionais de transmissão e apropriação de saberes e modos de ação.

É preciso levar em conta que todo conteúdo de saber é resultado de um processo de construção de conhecimento. Por isso, dominar conhecimentos não se refere apenas à apropriação de dados objetivos pré-elaborados, produtos prontos do saber acumulado. Mais do que dominar os produtos interessa compreender que estes são resultantes de um processo de investigação humana. Assim, trabalhar o conhecimento no processo formativo significa proceder à mediação entre os significados do saber no mundo atual e aqueles dos contextos nos quais foram produzidos. Significa explicitar os nexos entre a atividade de pesquisa e seus resultados, portanto, contribuir para o processo de pesquisar.

Assim sendo, a função do educador é definida a partir de prioridades formuladas em termos de docência e gestão, em diferentes modalidades.

8. Linhas Metodológicas

Os princípios norteadores do ensino na Escola Corina Ferraz de Brito que ensejam a formação integral, possibilitando a compreensão das relações de trabalho, de alternativas sócio-políticas de transformação da sociedade, na perspectiva de construção de bases para o contínuo e necessário processo de pesquisa e reconstrução do saber numa perspectiva interdisciplinar, como também o desenvolvimento de um aluno centrado nas relações dinâmicas entre a teoria e a prática ao longo das séries constitutivas do Ensino Fundamental. A característica do ensino propõe uma nova maneira de fazer educação, estabelecer um movimento interativo multi-direcional entre professor-aluno-conhecimento-realidades.

Isso exige um currículo aberto à dinâmica social, portanto flexível, que permita ressignificações, inclusão ou eliminação de atividades durante o processo, enfim, um currículo com caráter dialógico, tendo a pesquisa e a extensão como práticas

pedagógicas aglutinadoras dos diferentes componentes (disciplinas, seminários, as práticas discentes...).

A estrutura curricular, em sua organização, proporciona ao aluno nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, educação de jovens e adultos, o cruzamento de diálogos de saberes entre as disciplinas e diferentes contextos educacionais.

A proposta curricular segue a idéia de um currículo, com as seguintes características:

- . Valorização de todos os componentes curriculares, de forma que não exista uma supervalorização de disciplinas ou desvalorização de outras;
- . Que o aluno seja a referência para a escolha de todas as situações educativas.

Este tipo de currículo permite um funcionamento flexível do curso, sem, de forma alguma, comprometer a qualidade do mesmo.

9. Composição Curricular

A dinâmica curricular do Ensino Fundamental se constituirá da formação discente enriquecida por atividades integradoras, privilegiando, portanto, conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sócio-cultural necessários à reflexão crítica sobre a realidade e a sociedade.

A escola tem como eixos básicos a relação teoria e prática na integração do saber e do fazer, em que o exercício de interpretações múltiplas e variadas dos fatos, fenômenos e episódios da vida cotidiana se constituem elementos condutores e integradores de outros componentes curriculares.

Visando assegurar a intencionalidade do trabalho pedagógico, a interdisciplinaridade e a flexibilidade, as estruturas curriculares privilegiam “o fazer e o pensar” cotidianos, através das atividades integradoras e das práticas pedagógicas desenvolvidas.

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, que conforme alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Arts. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º, do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Arts. 26, 26^A e 79B na Lei 9.394/96

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e cultural que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes de cultura nacional a todos os brasileiros. Conforme o parágrafo 1º, o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. E no parágrafo 2º conta que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileiras.

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito garante a igualdade de acesso a todos os alunos e aos conteúdos do Núcleo Comum, de maneira a legitimar seu direito à escolarização, garantindo a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional.

Na parte diversificada, de acordo com as necessidades dos alunos, a escola optou pelo ensino da língua estrangeira moderna (Inglesa).

A implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de Temas Transversais, de modo a relacionar conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

O Currículo pleno deste estabelecimento compõe-se de uma parte comum e de uma diversificada.

Obs: A parte comum compreende matérias do núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional.

As disciplinas do núcleo comum são no Ensino Fundamental, a serem obrigatoriamente ministrados em todos os anos:

- Português;
- Matemática;
- História;
- Geografia;
- Ciências (iniciação) e Programas de saúde;

- Língua Estrangeira;
- Artes;
- Educação Física
- Ensino Religioso

Parte Diversificada

Temas de transversalização:

- Ética e cidadania;
- Diversidades culturais;
- Educação ambiental;
- Saúde;
- Orientação sexual;
- Trabalho e consumo;
- Temas locais.

A parte diversificada do currículo segue os referenciais - Temas Transversais - contidos nos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais e será utilizada para contextualizar, sempre que possível, os conteúdos das disciplinas da Base Nacional Comum.

Dar-se-á especial relevo ao Ensino de Português (de Língua Portuguesa) e de Matemática por meio de sua inclusão em todos os anos do Ensino Fundamental conforme o caso e de adequada utilização dos demais componentes curriculares no desenvolvimento do pensamento lógico e das linguagens oral e escrita.

No Ensino Fundamental dará maior relevância ao ensino de Matemática e Português assegurando também o predomínio de sua carga horária em relação a cada um dos demais conteúdos nas demais disciplinas.

É de extrema importância também, a inclusão no currículo a disciplina de Educação Física, Artes, Estudo sobre Drogas e Dependência Química, Educação Ambiental e Ensino Religioso, este obrigatório para a escola e facultativo para o aluno. A escola através do Professor e do Especialista Pedagógico fará programação dentro da carga horária prevista, atividades curriculares para os alunos das séries que não optarem pelo ensino religioso.

A disciplina de Artes permeará todo o processo educativo, sendo disciplina obrigatória de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental de acordo a grade curricular anexa a esta proposta.

A Educação Física será ministrada pelo próprio professor em todos os anos, observando-se o mínimo de 02 sessões semanais com duração de 50 (cinquenta) minutos cada uma. As aulas de Educação física serão ministradas preferencialmente por professores habilitados e por cursos específicos/semelhantes.

Serão incluídos estudos a atividades Educação Ambiental como conteúdo programático integrado à disciplina Geografia, História e Ciências conforme grade curricular anexa a este regimento.

Nesta escola desenvolverá projetos, visando a melhoria do ensino-aprendizagem com apoio, supervisão e orientação de especialistas da mesma. Os projetos desenvolvidos acolherão temas comemorativos e do interesse dos alunos, onde poderão ser ministrados dentro de todas as disciplinas enfatizando a abordagem multidisciplinar.

10. Plano de Ensino

Na elaboração do Plano de Ensino das séries do ensino fundamental serão consideradas as características dos conteúdos disciplinares, o nível de entendimento desejável a ser alcançado pelos alunos, as diretrizes e orientações curriculares e as diretrizes do Projeto Pedagógico contido no Plano do Desenvolvimento da escola.

10.1.Língua Portuguesa

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes lingüísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Ao longo dos oito anos do ensino fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado. Para que essa expectativa se concretize, o ensino de Língua Portuguesa deverá organizar-se de modo que os alunos sejam capazes de:

- Expandir o uso da linguagem em distâncias privadas, e utilizá-la com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos — tanto orais como escritos — coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;
- Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português falado;
- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos;
- Utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos: identificar aspectos relevantes; organizar notas; elaborar roteiros; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas, etc.;
- Valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, idéias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar os dos outros, contrapondo-os quando necessário;
- Usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica;

- Conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

10.2. Matemática

As finalidades do ensino de Matemática indicam, como objetivos do ensino fundamental, levar o aluno a:

- Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando para isso o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico); selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente;
- Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;
- Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas;
- Estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e a perseverança na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos

consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

10.3.Ciências Naturais

Mostrar a Ciência como um conhecimento que colabora para a compreensão do mundo e suas transformações, para reconhecer o homem como parte do universo e como indivíduo, é a meta que se propõe para o ensino da área na escola fundamental. A apropriação de seus conceitos e procedimentos pode contribuir para o questionamento do que se vê e ouve, para a ampliação das explicações acerca dos fenômenos da natureza, para a compreensão e valoração dos modos de intervir na natureza e de utilizar seus recursos, para a compreensão dos recursos tecnológicos que realizam essas mediações, para a reflexão sobre questões éticas implícitas nas relações entre Ciência, Sociedade e Tecnologia.

Os objetivos de Ciências Naturais no ensino fundamental são concebidos para que o aluno desenvolva competências que lhe permitam compreender o mundo e atuar como indivíduo e como cidadão, utilizando conhecimentos de natureza científica e tecnológica.

O ensino de Ciências Naturais deverá então se organizar de forma que, ao final do ensino fundamental, os alunos tenham as seguintes capacidades:

- Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humana parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive;
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica;
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

- Saber combinar leituras, observações, experimentações, registros, etc., para coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento;
- Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser promovido pela ação coletiva;
- Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

10.4.Geografia

O estudo de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa a ampliação das capacidades dos alunos, do ensino fundamental, de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos. A geografia oferece instrumentos essenciais para compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirirmos uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. Também podemos conhecer as múltiplas relações de um lugar com outros lugares, distantes no tempo e no espaço, e perceber as marcas do passado no presente.

Espera-se que, ao longo dos oito anos do ensino fundamental, os alunos construam um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionados à Geografia, que lhes permitam ser capazes de:

- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar;

- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos de modo construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços técnicos e tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;
- Saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sócio-diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e um elemento de fortalecimento da democracia.

10.5.História

Ensinar História implica a busca por alcançar objetivos específicos, sendo um dos mais relevantes o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas entre as quais as que se constituem como nacionais. A História, para o ensino fundamental, foi concebida para proporcionar reflexões e debates sobre a importância dessa área curricular na formação dos estudantes, como referências aos educadores, na busca de práticas que estimulem e incentivem o desejo pelo conhecimento. Apresenta

princípios, conceitos e orientações para atividades que possibilitem aos alunos a realização de leituras críticas dos espaços, das culturas e das histórias do seu cotidiano.

Espera-se que, ao longo do ensino fundamental, os alunos gradativamente possam ler e compreender sua realidade, posicionar-se, fazer escolhas e agir criteriosamente. Nesse sentido, os alunos deverão ser capazes de:

- Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
- Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permita localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;
- Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles;
- Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas, presentes na sua realidade e em outras comunidades, próximas ou distantes no tempo e no espaço;
- Questionar sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções, reconhecendo formas de atuação política institucionais e organizações coletivas da sociedade civil;
- Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos, sonoros;
- Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.

10.6.Artes

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas:

por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas.

No transcorrer do ensino fundamental, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade.

Nesse sentido, o ensino de Arte deverá organizar-se de modo que, ao final do ensino fundamental, os alunos sejam capazes de:

- Expressar e saber comunicar-se em artes mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- Interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em artes (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais;
- Edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimentos e soluções;
- Compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos;
- Observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, indagando, argumentando e apreciando arte de modo sensível;

- Compreender e saber identificar aspectos da função e dos resultados do trabalho do artista, reconhecendo, em sua própria experiência de aprendiz, aspectos do processo percorrido pelo artista;
- Buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, diapositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, videotecas, cinematecas), reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias.

10.7.Educação Física

Educação Física traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada, as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática da Educação Física nas escolas.

Espera-se que ao final do ensino fundamental os alunos sejam capazes de:

- Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas, sexuais ou sociais;
- Adotar atitudes de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência;
- Conhecer, valorizar, respeitar e desfrutar da pluralidade de manifestações de cultura corporal do Brasil e do mundo, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais;
- Reconhecer-se como elemento integrante do ambiente, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais, relacionando-os

com os efeitos sobre a própria saúde e de recuperação, manutenção e melhoria da saúde coletiva;

- Solucionar problemas de ordem corporal em diferentes contextos, regulando e dosando o esforço em um nível compatível com as possibilidades, considerando que o aperfeiçoamento e o desenvolvimento das competências corporais decorrem de perseverança e regularidade e que devem ocorrer de modo saudável e equilibrado;
- Reconhecer condições de trabalho que comprometam os processos de crescimento e desenvolvimento, não as aceitando para si nem para os outros, reivindicando condições de vida dignas;
- Conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os padrões divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito;
- Conhecer, organizar e interferir no espaço de forma autônoma, bem como reivindicar locais adequados para promover atividades corporais de lazer, reconhecendo-as como uma necessidade básica do ser humano e um direito do cidadão.

EJA

O Plano Curricular é constituído pelos componentes curriculares da base nacional comum previstos na LDB – Lei 9394/96 – e organizado de acordo com as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos do Conselho Nacional de Educação – CNE.

Na organização curricular devem ser observados os componentes das seguintes áreas de conhecimento:

1º segmento (1.ª a 4.ª série)

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Estudos da Sociedade e da Natureza

2º Segmento (1.º ao 3.º período – 5.ª a 8.ª série)

- Língua Portuguesa
- Língua Estrangeira Moderna (Inglês)
- Matemática
- Ciências
- Geografia
- História
- Artes
- Literatura (parte diversificada)

Os conteúdos das áreas de conhecimento estarão articulados com as experiências de vida do aluno. Problematizando temas relacionados à saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e linguagens, podendo ser ministrados de forma interdisciplinar e transdisciplinar, assim como o conhecimento do universo afro-brasileiro no qual está inserido esse público.

A leitura e a escrita serão priorizadas em todas as disciplinas, garantindo-se que o aluno escreva diariamente, pelo menos, um pequeno texto de produção própria, nos diversos componentes curriculares, viabilizando-lhe, ainda, oportunidades variadas de expressão oral. Será feita a utilização de materiais alternativos como jornais, revistas, periódicos, bulas, cartazes, dicionários, livros paradidáticos, a fim de subsidiar esta abordagem prioritária da leitura, interpretação e produção de textos, que devem ser trabalhados cotidianamente, em todos os componentes curriculares.

Objetivos Gerais do 1.º Segmento (1.ª a 4.ª série)

Que os educandos sejam capazes de:

- Dominar instrumentos básicos da cultura letrada, que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem;

- Aumentar a auto-estima, fortalecer a confiança na sua capacidade de aprendizagem, valorizar a educação como meio de desenvolvimento pessoal e social;
- Conhecer e valorizar a diversidade cultural brasileira, respeitar diferenças de gêneros, geração, raça e credo, fomentando atitudes de não-discriminação;
- Incorporar-se ao mundo do trabalho com melhores condições de desempenho e participação;
- Valorizar a democracia, desenvolvendo atitudes participativas, conhecer direitos e deveres da cidadania;
- Exercitar sua autonomia pessoal com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais;
- Ter acesso a outros graus ou modalidades de ensino básico e profissionalizante, assim como a outras oportunidades de desenvolvimento cultural.

Objetivos da área de Língua Portuguesa:

Que os educandos sejam capazes de:

Respeitar a variedade lingüística que caracteriza a comunidade dos falantes da Língua Portuguesa;

Dominar o mecanismo e os recursos do sistema de representação escrita, compreendendo suas funções;

Interessar-se pela leitura e escrita como fontes de informação, aprendizagem, lazer e arte;

Expressar-se oralmente com eficácia em diferentes situações interessando-se por ampliar seus recursos expressivos e enriquecer seu vocabulário;

Expressar-se por escrito com eficiência e de forma adequada a diferentes situações comunicativas, interessando-se pela correção ortográfica e gramatical.

Buscar e selecionar textos de acordo com suas necessidades e interesses;

Analisar características da Língua Portuguesa e marcas lingüísticas de diferentes textos, interessando-se por aprofundar seus conhecimentos sobre a língua.

Objetivos da área de Matemática:

Que os educandos sejam capazes de:

Valorizar a Matemática como instrumento para interpretar informações sobre o mundo, reconhecendo sua importância em nossa cultura;

Reconhecer sua própria capacidade de raciocínio matemático, desenvolver o interesse e o respeito pelos conhecimentos desenvolvidos pelos companheiros;

Intervir em situações diversas relacionadas à vida cotidiana, aplicando noções matemáticas e procedimentos de resolução de problemas individual e coletivamente;

Vivenciar processos de resolução de problemas que comportem a compreensão de enunciados, proposição e execução de um plano de solução, a verificação e comunicação da solução;

Reconhecer a cooperação, troca de idéias e o confronto entre diferentes estratégias de ação como meios que melhoram a capacidade de resolver problemas, individual e coletivamente;

Objetivos da área de Estudos da Sociedade e da Natureza:

Que os educandos sejam capazes de:

Valorizar a vida e a sua qualidade como bens pessoais e coletivos, desenvolvendo atitudes responsáveis com relação à saúde, à sexualidade e à educação das gerações mais novas;

Compreender as relações que os homens estabelecem com os demais elementos da natureza e desenvolver atitudes positivas com relação à preservação do meio ambiente, analisando aspectos da Geografia do Brasil;

Compreender as relações que os homens estabelecem entre si no âmbito da atividade produtiva e o valor da tecnologia como meio de satisfazer necessidades humanas, analisando aspectos da História do Brasil.

Problematizar fatos observados cotidianamente, interessando-se pela busca de explicações e pela ampliação de sua visão de mundo;

Reconhecer e valorizar o seu próprio saber sobre meio natural e social, interessando-se por enriquecer e compartilhá-lo;

Conhecer aspectos básicos da organização política do Brasil, os direitos e deveres do cidadão, identificando formas de consolidar e aprofundar a democracia no país;

Objetivos Gerais do 2.º Segmento (5.ª a 8.ª série – organizado em 03 períodos anuais)

Contribuir para a formação de cidadãos democráticos, mediante o ensino dos direitos humanos, o incentivo à participação social ativa e crítica, o estímulo à solução pacífica de conflitos e a erradicação dos preconceitos culturais e da discriminação, por meio de uma educação intercultural;

Promover e compreensão da cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais;

Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente;

Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em sua capacidade, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

Utilizar diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio de produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir as produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

Utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos.

Objetivos da área de Língua Portuguesa:

Utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos, de modo a atender a múltiplas demandas sociais;

Utilizar a linguagem para estruturar a experiência e explicar a realidade, operando sobre as representações construídas em várias áreas do conhecimento;

Analisar criticamente os diferentes discursos, inclusive o próprio, desenvolvendo a capacidade de avaliação dos textos;

Conhecer e valorizar as diferentes variedades do português, procurando combater o preconceito lingüístico;

Reconhecer e valorizar a linguagem de seu grupo social como instrumento adequado e eficiente na comunicação cotidiana;

Objetivos da área de Matemática:

Analisar, interpretar e descrever situações que envolvam conceitos matemáticos, sendo capaz de raciocinar a partir de informações textuais dadas;

Priorizar as questões que desenvolvam as capacidades de interpretação, análise e dedução;

Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e perseverança na busca de soluções;

Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

Objetivos da área de História:

Estabelecer relações entre a vida individual e social, identificando relações sociais em seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, relacionando-as com as manifestações, em outros tempos e espaços;

Situar acontecimentos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;

Questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que permitam atuar sobre a realidade;

Dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais;

Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social;

Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e povos, como condições para fortalecer a democracia, respeitando-se diferenças e lutando entre as desigualdades;

Objetivos da área de Geografia:

Valorizar o patrimônio sociocultural e ambiental, respeitando a sociodiversidade e reconhecendo tais patrimônios como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia;

Construir um conjunto de conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes relacionados à Geografia;

Construir referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais que acontecem na localidade e em espaços mais distantes;

Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações;

Desenvolver diferentes habilidades que permitam olhar o espaço, usando procedimentos de pesquisa em Geografia;

Objetivos da área de Ciências Naturais:

Compreender a ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;

Compreender a natureza como um todo dinâmico, e o ser humano, em sociedade, como agente de transformações do mundo em que vive, com relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;

Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bem individual e coletivo que deve ser promovido pela ação de diferentes agentes;

Objetivos da área de Artes:

Experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em Artes (artes visuais, dança, música, teatro), de modo a utilizá-los em trabalhos pessoais, identificá-los e interpretá-los na apreciação e contextualização culturalmente;

Construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e o conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, sabendo receber e elaborar críticas;

Identificar, relacionar e compreender a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo cultural e natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos de diferentes grupos;

Observar as relações entre a arte e a leitura da realidade, refletindo, investigando, indagando, com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, a sensibilidade, argumentando e apreciando arte de modo sensível;

Identificar, relacionar e compreender os diferentes âmbitos da arte, do trabalho e da produção dos artistas;

Pesquisar e saber organizar informações sobre arte em contato com artistas, obras de arte, fontes de comunicação e informações.

Objetivos da área de Inglês:

Reconhecer que o aprendizado de uma ou mais línguas lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo;

Comparar suas experiências de vida com as de outros povos;

Identificar, no universo que o cerca, as línguas estrangeiras que cooperam nos sistemas de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilíngüe;

Desenvolver a possibilidade de compreender e expressar, oralmente e por escrito, opiniões, valores, sentimentos e informações.

Objetivos da área de Literatura:

Instigar a expressão oral, escrita e corporal, dando condição ao desenvolvimento de competências comunicativas;

Reconhecer a linguagem do texto poético e o trabalho do poeta;

Envolver-se nas diversas mobilizações populares, sobretudo nas articulações em prol da paz, consciência política, administração dos recursos naturais e demais temas transversais;

Explorar a literatura de Cordel, identificando relações com a cultura popular.

Alfabetização, Língua Portuguesa, História, Arte e Literatura.

Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (MEC, 2006, p.111)

As atividades de leitura e de produção de textos precisam ser planejadas com o intuito de problematizar a vivência cotidiana dos educandos e agir sobre ela, transformando-a.

É preciso explicar em que medida o uso da linguagem entendida como prática social ocorre em determinados contextos e em determinadas situações. A linguagem serve para marcar o lugar de onde falamos; assim devemos levar para os alunos e alunas textos que circulam em diferentes esferas sociais: imprensa escrita, mídia, literatura e escola, para serem discutidos a partir dos prévios conhecimentos dos educandos, construindo, desse modo, diferentes estratégias de leitura, como interpretação de pressupostos, entrelinhas, dentre outras.

Ao enfatizar o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras, deve-se buscar conhecer os aspectos de tradição e de cultura afro-brasileira em suas diversas formas de preservação e manifestação.

11. ORGANIZAÇÃO DE TEMPO ESCOLAR

A E.M. Corina Ferraz de Brito oferece o Ensino Fundamental com duração de 09 (nove) anos e a Educação de Jovens e Adultos, organizando-se em:

SIA à 8ª série - atendendo nos turnos, matutino, vespertino e noturno (5.ª a 8.ª série).

EJA – atendendo no turno noturno.

O Calendário Escolar será elaborado pelos profissionais da escola, discutidos e aprovado pelo Colegiado, cabendo ao Inspetor Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previsto, onde deverão constar:

I - a data do início e término do ano letivo, com o mínimo de 200 (duzentos) dias bem como do início e do término do ano escolar, considerados os dias destinados ao Planejamento Pedagógico e demais atividades da escola (Conselho de Classe, Reunião Pedagógica, Estudos orientados presenciais, Reunião de pais e professores, Programação cultural e pedagógica (Gincana, Festa Junina, Folclore, Consciência Negra).

II - feriados, recessos;

III - o período regulamentar de férias escolares, especificados os períodos de 30 (trinta) dias consecutivos e 30 (trinta) dias em recesso alternados.

Atendendo à exigência da Lei 9.394/96 e resolução da SEE, constam ainda como indicadores fixos no calendário escolar:

- 200 dias letivos.
- 05 dias escolares.
- 40 semanas letivas (podem ser alterados conforme resolução vigente).
- 20 minutos de recreio.
- 50 minutos cada módulo aula.
- 4h e 30 minutos a duração de cada turno.

Considera-se dia letivo aquele em que os professores e alunos desenvolvem juntos atividades de aprendizagem, independentemente do local onde sejam realizadas com mais de 50% do total freqüente dos alunos.

O dia escolar é aquele no qual são realizadas atividades de caráter pedagógico e/ou administrativo com a presença obrigatória, apenas, do pessoal docente, técnico e administrativo.

O corpo administrativo e pedagógico tem a liberdade de convocar reuniões Pedagógicas, Administrativas, Reuniões de Pais e de Conselho de Classe, além das estabelecidas no calendário escolar, quando estas forem necessárias.

As turmas de EJA (do Ensino Fundamental) do **primeiro segmento** terão a duração de 04 anos letivos organizado em quatro séries (1.^a a 4.^a série) anuais num total de 2400 (duas mil e quatrocentas) horas; será desenvolvido em 03 (três) horas, por dia letivo, no horário entre 19 horas e 22 horas e 10 minutos.

O **segundo segmento** terá a duração de três anos letivos organizados em três períodos (1.^o ao 3.^o período, que corresponde de 5.^a a 8.^a série) anuais num total de 2000 (duas mil) horas; será desenvolvido em 04 (quatro) módulos-aula de 50 minutos, por dia letivo, no horário compreendido entre as 19 horas e 22 horas e 30 minutos.

Os segmentos (1.^o e 2.^o) serão desenvolvidos em regime anual, tendo cada um a duração de 200(duzentos) dias letivos.

11.1.MATRÍCULA (Inicial – Renovação e Cancelamento)

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito participará juntamente com a Secretaria Municipal de Educação do levantamento da população em idade escolar e de sua chamada para matrícula, divulgando por todos os meios possíveis. A Direção divulgará amplamente a data da matrícula, bem como os critérios estabelecidos para a frequência à escola.

Serão admitidos a matrícula no Ensino Fundamental todos os alunos de 06 (seis) anos completos e maiores de 06 (seis) anos que não tiveram acesso a este nível de ensino na idade própria, considerando o ensino fundamental de 09 (nove) anos.

Poderão ser admitidos no Ensino Fundamental o aluno com seis anos incompletos, nascidos até 30 de junho.

A matrícula será feita por ano de cada série previsto no calendário escolar, observadas as exigências legais.

O número de vagas será divulgado em data prévia do início da matrícula, estando, pois assegurado o nº de alunos que cursam já nesta escola a ocupação da mesma.

A renovação far-se-á de acordo a data estabelecida pela escola, até o limite de 2^a semana de dezembro.

Será cancelada a matrícula do aluno que em justificativa deixar de comparecer ao estabelecimento de ensino até o 20º (vigésimo) dia letivo após o início das aulas.

Antes de efetuar o cancelamento da matrícula, a direção da escola deve tomar providências cabíveis para levar o aluno e seus responsáveis ao cumprimento da obrigatoriedade escolar.

As turmas da EJA destinam-se a pessoas que queiram retornar os estudos observando a idade mínima de 15 anos. O curso é presencial sendo necessário, pelo menos 75% de frequência obrigatória para fins de promoção.

Poderão ser aproveitados estudos realizados com êxito em qualquer curso regular e supletivo, legalmente autorizados, mediante apresentação de documentação comprobatória e na falta desta, mediante avaliação feita pela escola de destino, através de uma comissão de professores, supervisor, presidida pela Direção da escola, para situar o candidato no nível correspondente ao seu preparo.

Na enturmação do **primeiro segmento**, dependendo do número de alunos, as turmas serão formadas por séries regulares ou multisseriadas (1.^a a 4.^a série).

Neste primeiro ano (2007) a Escola iniciará o **segundo segmento** somente com turmas de 1.^o período, nos demais anos, quando passar a oferecer 2.^o e 3.^o período, o aluno com conclusão da 5.^a e/ou 6.^a do ensino regular ao se transferir para o Curso de EJA, deverá ser submetido a avaliação e dependendo do seu desempenho será posicionado no 1.^o ou 2.^o período do curso e o aluno com conclusão da 7.^a série do ensino regular no 2.^o ou 3.^o período do curso.

11.2 Seminários Temáticos

Essas disciplinas serão uma síntese dos conteúdos teórico-metodológicos tratados no período. A coordenação será da responsabilidade de um professor, que se incumbirá de articular os diferentes professores responsáveis pelas disciplinas ao longo do ano letivo. O espaço temporal destinado a esta disciplina será o final de cada ano letivo, momento em que a Escola será palco de comunicações orais, painéis, pôsters, e outras formas de apresentação, produzidas durante o ano em articulação entre os professores.

III. FUNDAMENTOS ADMINISTRATIVOS, FINANCEIROS E REGRAS DE CONVIVÊNCIA.

1. Papéis e Responsabilidades da Escola

1.1. Responsabilidades da Escola:

- Promover um ensino de qualidade;
- Cumprir o calendário escolar;
- Seguir as normas estipuladas pela Secretaria Municipal de Educação;
- Comunicar aos pais e responsáveis quando estiver ocorrendo baixo rendimento escolar, problemas de indisciplina, desinteresse, excesso de agressividade e outros;
- Procurar fazer contato com a família sempre que necessário, em caso de evasão ou excesso de faltas;
- Encaminhar casos necessários para o Conselho Tutelar e para os órgãos competentes;
- Em caso de acidente com o aluno dentro da escola, o mesmo deve ser encaminhado para o Posto de Saúde ou Hospital;
- Oferecer aos alunos um ambiente educativo adequado.

1.2. Responsabilidades do Diretor :

- Promover na escola, espaços de reflexão, diálogo e busca de soluções;
- Levantar, juntamente com o grupo, os principais desafios da escola e traçar metas, tomando decisões e assumindo-as coletivamente;
- Fazer balanços periódicos, juntamente com toda comunidade escolar, sobre a realidade e os vários setores da escola, buscando fazê-la progredir;
- Proporcionar momentos de elaboração de projetos, visando uma maior participação e o engajamento de todos no dia-a-dia da escola;
- Buscar, juntamente com o grupo de professores, novas formas de aprender, elaborando e executando projetos e valorizando às novas aprendizagens.

E direito e dever do diretor exercer uma liderança positiva em todo e qualquer setor da escola, organizando-a e procurando integrar os pais e a comunidade conforme as necessidades e possibilidades da escola.

1.3. Responsabilidades do Supervisor Escolar:

- Avaliar o desenvolvimento da escola vista como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisões, embasadas na realidade, em nível de escola ou em outros níveis do Sistema Estadual de Ensino;
- Apresentar à direção e à comunidade propostas que visem a melhoria da qualidade de ensino e ao alcance das metas estabelecidas no âmbito pedagógico;
- Coordenar o planejamento de ensino e o planejamento de currículo;
- Orientar a utilização de mecanismos e de instrumentos tecnológicos em função do estágio de desenvolvimento do aluno e do ensino;
- Assessorar os demais serviços da escola, visando manter a uniformidade dos objetivos propostos;
- Participar da elaboração das diretrizes e metas a serem ativadas no processo de ensino, considerando a realidade educacional do Sistema, os recursos disponíveis e as políticas públicas;
- Coordenar o planejamento de ensino, buscando formas de assegurar a participação atuante e coesiva da ação docente na consecução dos objetivos propostos pela escola;
- Planejar as atividades do serviço de Coordenação Pedagógica, em função das necessidades a suprir e das possibilidades a explorar, tanto dos docentes e alunos, como da comunidade;
- Participar do planejamento global da escola, identificando e aplicando princípios de supervisão, tendo em vista garantir a unidade da ação pedagógica;
- Assessorar o trabalho docente quanto a métodos e trabalhos de ensino;

- Assessorar o trabalho docente na busca de soluções para os problemas de repetência, reprovação e evasão escolar;
- Analisar o histórico escolar dos alunos, para adaptações, transferências, reingresso e recuperações;
- Estimular e assessorar a efetivação de mudanças de ensino e executar outras atividades afins.
- Assessorar os professores na implantação do Projeto Político pedagógico na escola e nas disciplinas.

1.4.Responsabilidades do Orientador Educacional:

- Planejar e coordenar a implantação do Serviço de Orientação Educacional;
- Cuidar da orientação emocional do educando e do aconselhamento psicopedagógico em todos os estágios do seu desenvolvimento, encaminhando-o quando necessário, a outros profissionais;
- Orientar a ação dos professores e representantes de turmas em assuntos pertinentes à área de Orientação Educacional, com vista à melhoria do processo de desenvolvimento do currículo;
- Orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, levantando e selecionando, em conjunto, alternativas de solução a serem adotadas;
- Ativar o processo de integração escola e comunidade, alunos e professores;
- Planejar e coordenar o desenvolvimento de ações que levem à aplicação e análise de instrumentos básicos à caracterização do perfil da comunidade escolar;
- Subsidiar os professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos, tendo em vista a coleta de dados sobre aptidões, interesses, habilidades e nível de aproveitamento dos alunos;
- Promover o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando os procedimentos adequados;
- Instrumentalizar a coordenação pedagógica e os professores quanto ao perfil da comunidade escolar, com vista à adequação dos interesses e às necessidades

do aluno, na definição das propostas curriculares, bem como na execução e executar outras atividades afins.

1.4. Papel e responsabilidades do professor:

Saber ensinar, agir como educador e orientar o aluno em suas dificuldades e dúvidas;

- Ser mediador do processo ensino e aprendizagem dando oportunidade para o aluno buscar o conhecimento de forma ativa;
- Ser um facilitador da construção da aprendizagem;
- Desenvolver seu trabalho de forma consciente e séria, conforme o Projeto Político Pedagógico;
- Orientar e estimular as potencialidades do aluno, abrindo novos caminhos para a aprendizagem;
- Aperfeiçoar-se cada vez mais;
- Registrar corretamente a frequência, dos alunos, as notas e o planejamento;
- Ser comprometido com a educação, ser assíduo e pontual;
- Despertar nos alunos interesse, espírito crítico e o hábito de investigação;
- Ser atuante junto ao aluno, respeitando-o, valorizando-o, incentivando-o;
- Participar das atividades da escola, reavaliar e replanejar;
- Dominar o conteúdo para dar segurança ao aluno;
- Participar dos conselhos de classe, entrega de boletins, reuniões e demais atividades da escola;
- Proporcionar condições positivas de convivência;
- Ensinar com prazer e amor;
- Proporcionar o crescimento emocional do educando, reforçando sua auto-estima, respeitando-o, incentivando-o e valorizando suas produções;
- Verificar o nível de aprendizagem dos alunos e refletir sobre sua prática
- Desafiar os alunos para que se tornem indivíduos pensantes e críticos;
- Proporcionar um ensino mais vivenciado para que os alunos aprendam com prazer;
- Buscar alternativas pedagógicas que favoreçam o aparecimento de pessoas mais solidárias;

- Elaborar propostas de trabalho que contribuam para a aprendizagem, de acordo com o Projeto Político da Escola;
- Ser exemplo principalmente daquilo que julga importante;
- Cumprir com seus deveres, sentindo-se responsável pelo aproveitamento dos alunos;
- Ouvir as sugestões dadas pelos alunos.

É direito e dever do professor exercer uma liderança positiva, organizando a sala de aula, chamando os pais para comparecerem à escola e encaminhando à direção os casos que necessitem de uma atenção diferenciada.

1.5.Responsabilidades dos pais e responsáveis:

- Enviar os filhos à escola;
- Demonstrar interesse pela vida escolar do aluno;
- Participar das atividades propostas, buscar o boletim e conversar com os professores;
- Comparecer à escola sempre que chamado ou convocado;
- Acompanhar os filhos nas tarefas de casa;
- Observar os cadernos e ler os bilhetes enviados
- Justificar faltas e enviar atestado de saúde;
- Buscar soluções juntamente com a escola, dando seqüência aos encaminhamentos feitos.
- Em caso de necessidade, ressarcir financeiramente os danos materiais.

1.6.Responsabilidades dos alunos:

Construídos pelos professores e líderes de turma:

- Comparecer às aulas;
- Buscar o conhecimento, demonstrando participação, interesse e comprometimento;
- Desenvolver o hábito de estudo, buscando progredir cada vez mais;

- Cumprir com seus deveres;
- Saber respeitar as normas da escola, os professores, funcionários e demais colegas, em atividades na escola e extraclasse;
- Desenvolver a responsabilidade, trazer o material no dia marcado, entregar as tarefas e participar de forma ativa e sadia das atividades escolares;
- Saber discernir a hora de estudar da hora das atividades mais livres;
- Entregar as comunicações enviadas pela escola aos seus responsáveis;
- Trazer bilhete ou atestado médico a fim de justificar aos professores o não comparecimento à aula e em caso de ter ocorrido alguma avaliação, demonstrar interesse em fazê-la;
- Copiar os conteúdos trabalhados, mantendo o caderno organizado;
- Participar ativamente dos trabalhos em grupo;
- Não sair da escola sem autorização;
- Respeitar o material dos colegas e não se apropriar daquilo que não lhe pertence;
- Zelar pelo seu bem estar e pelo bem estar dos demais.

As regras serão revistas a cada ano.

1.7.Responsabilidade dos líderes de turma:

- Saber conviver e trocar idéias;
- Auxiliar sem preconceito;
- Dar exemplo com atitudes adequadas;
- Auxiliar os professores na resolução de possíveis dificuldades com a turma;
- Estimular o coleguismo e a participação.

2. Reuniões:

2.1.Reunião com professores:

Nas reuniões pedagógicas realizam-se, estudos de textos e conteúdos, momentos de reflexão sobre o processo ensino e aprendizagem, organização de projetos por série e disciplina.

Nas reuniões administrativas são decididos assuntos como o calendário escolar, a participação da escola em eventos do município, as promoções e demais assuntos do dia-a-dia escolar.

Nas reuniões formativas os professores participam das palestras promovidas pela escola, juntamente com os pais e nos encontros promovidos pela Secretaria de Educação.

2.2.Reuniões com pais:

A comunidade escolar participa da escola através do CPM (Conselho de Pais e Mestres) e de reuniões administrativas e formativas.

Nas reuniões do CPM são traçados alguns objetivos e metas a serem alcançadas, priorizando as de maior necessidade para os alunos. Os componentes do CPM trazem sugestões de outros pais ou estes se manifestam diretamente na escola.

Nas reuniões administrativas os pais são convidados a comparecer e participar. Dentre vários assuntos ocorre à exposição sobre a arrecadação e gastos da escola, explanação sobre os recursos e a utilização das verbas, comunicados sobre o calendário escolar, estudos de recuperação e outros assuntos.

Nas reuniões formativas os pais são convidados a participar de palestras sobre a importância da família, dos pais na formação dos filhos e da auto-estima familiar.

3. Quanto à Participação:

3.1. Dos pais:

Sobre a participação dos pais, abre-se espaço para que venham na escola sempre que julgarem necessárias retirem os boletins de seu filho, participem das Feiras e Mostras valorizando as atividades desenvolvidas, compareçam às reuniões e palestras educativas, compareçam às atividades como missas, cultos ecumênicos e atividades de integração em datas cívicas, acompanhem as festas de encerramento do ano letivo.

3.2. Dos professores:

É solicitado ao professor que ele seja comprometido com a escola, participando das atividades, opinando, sugerindo e sendo co-autor de um trabalho coletivo.

Cabe ao professor participar do dia-a-dia da escola: dos encontros de professores, organização do calendário, de eventos e atividades, encontros de estudo, organização e construção de projetos, passeios, visitas, contribuindo para que haja envolvimento, integração e participação dos alunos na escola.

Procura-se também, num ambiente dialogado buscar novas idéias e sugestões, oportunizando mudanças e inovações.

3.3. Dos alunos:

Sempre que necessário os alunos buscam a apoio individual ou para a turma, na direção da escola ou no professor conselheiro.

Para os líderes de turmas, participar é sugerir e integrar-se nas atividades propostas, sendo capaz de criar e envolver-se. Segundo eles, a Escola Senador têm incentivado a participação porque valoriza a expressão pessoal e coletiva e promove Feiras de Ciências e Matemática, Campanhas de auxílio, Mostra de Arte e Literatura, Jogos de integração, visita a lugares públicos, banda, coral, aula de flauta e concursos.

4. Comunicação na escola entre professores, pais, alunos.

A comunicação entre a escola e os pais será efetivada através de bilhetes informativos. Conforme a necessidade, envia-se um bilhete solicitando o comparecimento dos pais ou responsáveis, faz-se contato por telefone ou visita na residência.

Aos alunos, para recados gerais. Em casos particulares, o recado é dado diretamente na sala de aula.

5. Gerenciamento de recursos

Os recursos financeiros que mantêm a escola provêm de verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). A SME (Secretaria Municipal de Educação), através da Prefeitura Municipal, fornece os professores, a merenda escolar e auxilia nas reformas e construções.

A escola pode receber doações e realizar algumas promoções com auxílio do CPM.

As prioridades de aplicação são levantadas juntamente com a SME, Conselho de Pais e Mestres, professores, sugestões de pais e alunos.

6. Planejamento da escola

O planejamento anual da escola é realizado com a participação dos professores na primeira reunião do ano, tendo como base o calendário escolar fornecido pela SME.

Além dessas reuniões, promove-se outro momento interativo para troca de idéias e sugestões. Na oportunidade, traçam-se os principais objetivos e atividades a serem realizadas ao longo do ano letivo e volta-se a comentar sobre as responsabilidades de cada membro da escola para que tudo transcorra de forma organizada.

O planejamento também é repensado pelos professores e direção, após as avaliações bimestrais.

Quanto aos alunos, participam com sugestões, levando-as diretamente à direção da escola ou através do professor conselheiro que se encarrega de conversar com os responsáveis.

IV. AVALIAÇÃO

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento” definitivo “sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida”.

Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico-sociais e pessoais temos

dificuldades em assim compreendê-la e praticá-la. Mas...
fica o convite a todos nós.

É uma meta a ser trabalhada, que, com o tempo se
transformará em realidade, por meio de nossa ação.
Somos responsáveis por esse processo.”

Cipriano Luckesi

Para tratar esta questão, é fundamental termos consciência sobre a finalidade real da avaliação. É necessário considerá-la como um processo abrangente e de caráter diagnóstico, que implica numa reflexão crítica sobre a prática, captando avanços, resistências, dificuldades, possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação escolar é antes de tudo uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades e aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo. A avaliação estará inserida no processo ensino e aprendizagem e resultará de várias atividades que serão realizadas com o objetivo de verificar o nível de aprendizagem dos conteúdos propostos.

Com esses dados em mãos, professores e alunos poderão refletir sobre o resultado atingido, tomando novas decisões sobre as formas mais eficazes de ensinar e aprender.

Será considerado instrumento de avaliação, qualquer recurso que o professor ou grupo de professores julgar importante. Exemplifica-se com as seguintes sugestões: relatos de passeios, entrevistas, atividades a serem apresentadas ou expostas na escola e em outros ambientes educativos, participação e engajamento em promoções oportunizadas pela escola, provas orais e escritas, participação em seminários, debates e concursos promovidos pela Escola, SME ou SRE e qualquer outra forma que torne possível avaliar o nível de aprendizagem dos alunos.

Caberá ao professor, sempre que necessário, buscar novas metodologias de ensino, tornando a aprendizagem mais significativa para o aluno, o que provavelmente resultará numa melhor aprendizagem.

Os alunos deverão cumprir com suas responsabilidades, empenhando-se e comprometendo-se consigo, com os colegas e professores, a fim de superar as dúvidas e as dificuldades que surgirem.

Dos pais, espera-se que participem das atividades promovidas pela escola, das reuniões, comparecendo sempre que julgarem necessário e demonstrando interesse pelo progresso escolar de seu filho.

Serão oferecidas atividades de aprendizagem aos alunos que não alcançarem os objetivos propostos, buscando recuperar os conteúdos e conseqüentemente a aprendizagem.

Numa sociedade de classes, não há espaço para a neutralidade: posicionar-se como neutro, diante dos interesses conflitantes, é estar a favor da classe dominante, que não quer que outros interesses prevaleçam sobre os seus. A avaliação está diretamente ligada à concepção de homem, de sociedade e ao Projeto Político Pedagógico. Assim, a avaliação na Escola Corina Ferraz de Brito, será contínua durante todo o ano letivo, através de múltiplos instrumentos.

Em nenhum momento a escola poderá prescindir de uma avaliação minuciosa e consistente. Avaliar parcialmente, ou com instrumentos inadequados, ou sem uma clareza em seus objetivos provocará rupturas no desenvolvimento e processo de ensino dos alunos. A avaliação bem realizada dará suporte à ação educativa e garantirá a interação entre aluno e professor.

Uma avaliação de qualidade será aquela que medirá não apenas o aprendizado, mas o crescimento sócio-emocional do aluno.

Uma das formas para a elaboração de uma avaliação de qualidade é priorizá-la no início do planejamento, estabelecendo metas, o que se torna prático a elaboração do instrumento adequado para atingi-las. Priorizar o atendimento do aluno que não consegue o desenvolvimento esperado ou com dificuldades de aprendizagem, através da enturmação por grupos de dificuldades, com a formação ainda de pequenos grupos de atendimentos é uma das maneiras que a escola vê de promover o desenvolvimento integral do aluno.

Ao final do ano, o projeto da escola será avaliado em seu todo, num primeiro momento nas salas de aula entre alunos e professores e, num segundo momento, com todos os segmentos durante o Conselho de Classe.

De 1ª a 8ª séries a avaliação do aproveitamento do aluno será contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, objetivando:

- identificar progressos e dificuldades apresentadas pelo aluno no processo de alfabetização;
- possibilitar ao professor a adoção de procedimentos adequados às características dos alunos e a revisão de conteúdos e atividades programadas.

Os instrumentos e situações de avaliação serão os mais variados: escritos, orais, trabalhos, provas, pesquisas em dupla, observações extra-classe. Todas as atividades de ensino podem ser utilizadas para avaliar.

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito apresenta seu sistema de avaliação de registro dos resultados expressados através de notas.

Para efeito de aprovação o aluno deverá ter alcançado a pontuação mínima de 60% do total de 100 pontos distribuídos durante o ano letivo;

* esta pontuação mínima refere-se as turmas de 1ª a 8ª série dos turnos matutino e vespertino.

A pontuação mínima exigida para as turmas do noturno e EJA é de 50%.

Somente na Série Inicial de Alfabetização o registro e acompanhamento da aprendizagem será feita através de conceitos: A (alcançou totalmente os objetivos propostos), B (alcançou parcialmente os objetivos propostos) e C (não alcançou os objetivos).

O registro das avaliações será contínua, acumulativa transcorrendo em todo processo, sendo dividido em períodos bimestrais, segundo o calendário escolar:

1º bimestre – 20 pontos – Média: 12 pontos;

2º bimestre – 25 pontos – Média: 15 pontos;

3º bimestre – 25 pontos – Média: 15 pontos;

4º bimestre – 30 pontos – Média: 18 pontos

Os pais ou responsáveis, após o término de cada bimestre, concluída as atividades avaliativas, serão informados sobre o desempenho do aluno através de boletins onde serão registrados os progressos, dificuldades e recomendações pedagógicas.

Os resultados da avaliação serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor sendo, analisados os progressos e

dificuldades seguidos por um momento de reflexão com o aluno, dando a ele a oportunidade de rever e refazer seus resultados.

Os alunos serão avaliados em cada disciplina e ao longo do processo com apresentação periódica de resultados de modo a permitir ao longo e ao final de cada ano letivo a apreciação do seu desempenho pelo Professor e Especialista.

Com base na avaliação realizada ao final de cada ano letivo, a equipe pedagógica juntamente com o professor, deverá recomendar os procedimentos dentre as alternativas curriculares oferecidas, a que melhor se adequar às características de cada aluno após ter realizado o conselho de classe.

Caso o aluno não alcance os objetivos propostos em cada unidade e a pontuação inferior a média de cada bimestre, submeterá a estudos de recuperação programada dentro do calendário escolar enfocando aspectos de conteúdos de maior dificuldade.

A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

No início de cada ano letivo, se preciso, far-se-á a diagnose da aprendizagem, cujo resultado é para verificar os aspetos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade dos desenvolvimentos do programa.

EJA

A verificação do rendimento escolar observará o critério de avaliação contínua do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e o predomínio da avaliação diagnóstica, que deve servir para alimentar, orientar e sustentar a permanente intervenção pedagógica, subsidiando a prática do professor.

Serão considerados na análise do desempenho escolar:

- A aprendizagem do aluno, o investimento que ele faz nos estudos e o seu compromisso com a escola;
- O ritmo do aluno, suas especificidades no processo de aprendizagem, e as metodologias adequadas as suas necessidades;
- Os instrumentos e situações de avaliação serão os mais variados: escritos, orais, trabalhos, pesquisas, provas, incluir os espaços fora da sala de aula, etc., estes

instrumentos serão usados para verificar a aprendizagem e também para acompanhar e organizar os estudos.

O Projeto da EJA apresentará seu sistema de registro, dos resultados de avaliação, expressos através de notas.

Para efeito de aprovação o aluno deverá alcançar a pontuação mínima de 50%.

O registro das avaliações será contínua, acumulativa transcorrendo em todo processo, sendo dividido em períodos bimestrais, segundo o calendário escolar.

1º Bimestre – 20,0 pontos – Média 10,0 pontos

2º Bimestre – 25,0 pontos – Média 12,5 pontos

3º Bimestre – 25,0 pontos – Média 12,5 pontos

4º Bimestre – 30,0 pontos – Média 15,0 pontos

A Escola adotará:

- Fichas de registro de desempenho do aluno, nas quais o professor e o supervisor anotem os progressos e dificuldades apresentadas, em um momento de análise da turma, no conselho de classe, por exemplo;
- Investigação como diagnóstico em todas as atividades em sala de aula;
- Provas, para verificar a aprendizagem e também para acompanhamento e organização de estudos;
- Outras atividades avaliativas definidas com a participação do aluno.

Os resultados das avaliações serão levados imediatamente ao conhecimento do aluno pelo professor, sendo analisados os avanços, as dificuldades, as revisões necessárias e as alternativas de continuidade de estudos curriculares.

A avaliação deve ser para o aluno um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades. Portanto, alunos e professores, tendo clareza do objetivo e dos resultados, planejarão formas alternativas de suprir as falhas diagnósticas.

1.FREQUÊNCIA

Será obrigatória a freqüência do aluno em todas as atividades escolares e o comparecimento do aluno computado. A apuração da freqüência do aluno deve ser computada por dia letivo, onde será exigido o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para a aprovação. Será considerado evadido o aluno que, sem justificativa, permanecer faltoso por período igualou superior a 25% (vinte e cinco por cento) dos dias letivos anuais.

2. PROMOÇÃO

Para ser aprovado em uma série seguinte o aluno deverá ter obtido 60% dos pontos dos 100 pontos distribuídos no decorrer do ano para o ensino regular.

Na SIA, Série Inicial de Alfabetização não terá reprovação de alunos;

Os alunos do noturno e da EJA deverão ter alcançar 50% dos pontos para aprovação.

O Supervisor e/ou Orientador juntamente com os professores, no final de cada ano letivo, verificará através das avaliações realizadas, se o aluno atingiu os objetivos propostos do ano em curso.

O processo de avaliação dos alunos será sistemático, contínuo e qualitativo, registrados através de:

I - Notas de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental;

II - Conceito para a Serie Inicial de Alfabetização.

Caso o aluno não obtenha os 60% dos pontos (50% no caso do noturno) da média estabelecida do total distribuído durante o ano ficará retido na série em curso.

3. RECUPERAÇÃO

Os estudos de recuperação da aprendizagem serão oferecidos de forma bimestral ao longo do período letivo.

A recuperação ocorrerá durante o processo de aprendizagem nos dias previstos no calendário da escola, logo na semana seguinte às avaliações de cada bimestre.

A escola buscará, juntamente sob orientação com os especialistas na Secretaria Municipal de Educação, alternativas pedagogicamente adequadas para viabilizar as atividades destinadas a assegurar o domínio dos conhecimentos básicos aos alunos que não tiverem atingido o nível de aproveitamento esperado.

Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados a fim de colocar todos os alunos em condições de prosseguir os estudos. As atividades de recuperação devem ser programadas tanto para recuperar sua média de notas como para enriquecer o processo de aprendizagem.

Os estudos de recuperação destinam-se aos alunos:

I - de todas as séries do Ensino Fundamental, exceto SIA, que não obtiveram a média bimestral prevista;

II – O aluno poderá fazer as recuperações em quantas disciplinas forem necessárias.

Após a recuperação, nos três primeiros bimestres, prevalecerão os pontos obtidos alcançados pelo aluno de maior valor, até o limite da média de cada bimestre.

Apenas no 4º bimestre os pontos obtidos durante a recuperação poderá ser maiores que os da média deste bimestre.

3.1. Recuperação Final destinada aos alunos de 5ª a 8ª série e 2.º segmento da EJA

Aquele aluno que não alcançar a média na recuperação do 4º bimestre será submetido a uma recuperação final, onde os pontos de todo o ano letivo serão invalidados e este será submetido a avaliações e trabalhos que deverão constar os conteúdos estudados durante o ano letivo. O aluno deverá alcançar a média de 60% (e 50% para o turno noturno e EJA) para que seja aprovado.

4. ALTERNATIVAS PEDAGÓGICAS PARA ASSEGURAR O DOMÍNIO DOS CONHECIMENTOS BÁSICOS

4.1. Classificação E Reclassificação

Classificar significa posicionar o aluno no ano de escolaridade compatível com sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento.

A classificação do aluno em qualquer ano, exceto a primeira do Ensino Fundamental pode ser feita:

- I. Por Promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, o ano anterior, na própria escola;
- II. Por Transferência, para alunos procedentes de outras escolas;
- III. Por Avaliação – independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição no ano de escolaridade adequado, bem como para o aluno que tenha ausência de registro no primeiro semestre, será amparado pela classificação por avaliação, de acordo aos incisos I e VI do artigo 24 da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Reclassificar significa reposicionar o aluno no ano de escolaridade diferente daquela indicada em seu histórico escolar e pode ser feita quando ocorrer avanço; aceleração e transferência – indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino.

A aceleração de estudos será oferecida para propiciar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de desenvolvimento correspondente a sua idade.

O avanço escolar, oferecido nesta escola, propiciará ao aluno que apresente nível de desenvolvimento acima de sua idade, a oportunidade de concluir em menor tempo o ano de escolaridade. Aluno com desenvolvimento superior é aquele que apresenta características especiais, como altas habilidades e comprovada competência.

Será oferecido aos alunos desta Escola a possibilidade de aproveitamento de estudos, feito mediante apresentação de documento escolar

referentes às séries/períodos nos quais o aluno obteve aprovação; ou por deliberação de uma comissão da própria escola, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho, no caso de estudos não formais.

O aluno terá a possibilidade de reclassificação por frequência, ou seja, no caso de desempenho satisfatório do aluno e frequência inferior a 75%, no final do ano letivo, a escola poderá usar este recurso para posicionar o aluno no período seguinte, caso obtiver média de 50% (cinquenta por cento) em todas as provas aplicadas (de todas as disciplinas)

§ 1º - a reclassificação poderá ser sugerida pelo próprio aluno ou pelos professores ao acompanhar o avanço da aprendizagem do aluno em relação à turma.

§ 2º - a classificação/reclassificação será permitida sua aplicabilidade até abril de cada ano em curso.

§ 3º - Não será aplicado o processo de reclassificação para os alunos do 2.º Segmento da EJA, por se tratar a própria modalidade de uma aceleração de estudos.

Após o resultado da Classificação e da Reclassificação, as avaliações serão arquivadas na pasta individual do aluno e registrada na ata da escola o resultado final assinada por todos os integrantes da comissão composta pelo Diretor Escolar, Supervisor Pedagógico e Professor.

A Comissão responsável pelo processo de Classificação e Reclassificação, organizará procedimentos didáticos orientados para que o professor possa receber este aluno, visando integrá-lo da melhor maneira possível ao conteúdo e ritmo da turma.

4.2. Atendimento A Alunos Em Situação Especial

Merecerão tratamento excepcional alunos:

I - portadores de doença congênita e transmissível, infecções, traumatismo, caracterizados por incapacidade física relativa ou ocorrência isolada ou esporádica;

II - provenientes de outros estabelecimentos de ensino com dificuldade de adaptação ou que esteja com atraso na aprendizagem;

III - incapacitados de praticar Educação Física baseado na legislação vigente;

IV - em situações não previstas nos itens anteriores após estudos pelos Especialistas e Direção.

Os alunos, cujas condições de saúde impeçam temporariamente a freqüência às aulas, deverão apresentar na ocasião Laudo Médico.

Aos alunos dispensados de freqüência às aulas, encontrando-se em condições de aprendizagem, serão atribuídos exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatível com o seu estado de saúde e as possibilidades deste Estabelecimento.

As demais situações excepcionais não previstas merecerão tratamento adequado à luz da legislação vigente, após estudo pela Direção e pelos Especialistas.

4.3. Ajustamento Pedagógico E Adaptação

Estará sujeito ao ajustamento pedagógico, o aluno transferido em que revelar deficiência ou dificuldades de aprendizagem.

O ajustamento pedagógico do aluno far-se-á com o objetivo de:

I - adapta-lo ao nível da turma que passa a integrar, no que se refere ao conhecimento do conteúdo dos programas;

II-dar-lhe base de conhecimento necessário ao prosseguimento dos estudos.

A Escola Municipal Corina Ferraz de Brito deverá esgotar, dentro de suas possibilidades, todos os recursos pedagógicos de que dispõe, unindo seus esforços com os da família e os da comunidade, com a finalidade de assistir o aluno, ajustando-o à nova situação. Para alcançar o objetivo proposto valerão de recursos variados, através de atividades extras, orientação individual, trabalhos especiais, remanejamento de alunos.

4.4. Conselho de Classe

Coerentes com essa visão de avaliação acontecerão reuniões periódicas Conselhos para discutir as fichas de anotações e descobrir alternativas para sanar dificuldades, possibilitando que se faça modificações no sistema de medida (nota), desde que haja consenso com o professor da turma ou que ministra o conteúdo,

pois as notas devem deixar de ser os únicos parâmetros para se avaliar o aluno, e sim analisar a produção do aluno, seu compromisso ético para com a escola; o seu ritmo e o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem.

O conselho de classe será visto como uma oportunidade de reunir professores de diferentes áreas para conhecer melhor os alunos, promover a integração do trabalho pedagógico e, acima de tudo planejar alternativas de intervenção para os alunos que estão com dificuldades para aprender. É uma oportunidade de ação coletiva dos profissionais da escola não só para os problemas de aprendizagem como também para os problemas de indisciplina, administrativos e operacionais da escola.

5.Estrutura Física

Núcleo I

- 18 salas de aula
- 08 banheiros
- 01 secretaria
- 02 salas de informática
- 01 sala de apoio
- 01 sala de direção/ supervisão
- 01 sala de professores
- 01 sala de orientação
- 01 auditório
- 01 biblioteca
- 01 quadra de esportes coberta com 06 banheiros
- 01 cantina
- 01 depósito para merenda
- 02 depósitos para material didático
- 01 depósito para material de construção/ manutenção

Núcleo II

- 06 salas de aula com banheiro
- 02 salas de aula sem banheiro

- 01 sala de professores
- 01 secretaria
- 01 sala de direção / supervisão
- 03 banheiros
- 01 refeitório
- 01 depósito para material didático
- 01 depósito para merenda
- 01 sala de aula para reforço
- 01 cantina

6. Recursos Tecnológicos

Retro-projetores

Televisores

DVDs

Vídeos

Aparelhos de som

Caixas amplificadas

Máquina fotográfica digital

Computadores

Mimeógrafos

Impressora à jato de tinta e à laser

Máquinas de xérox

Plano de Ação

A - Avaliação da Aprendizagem

Problemas

- Alunos com dificuldades em discutir, opinar ou formular conceitos.
- Não correção das avaliações junto com os alunos, para observação e correção de erros.

- Indisciplina.

Objetivos

- Elevar o rendimento dos alunos na área de linguagem oral e escrita, através de uma metodologia criativa, dinâmica, para desencadear um processo ensino/ aprendizagem de qualidade.
- Tornar a avaliação um instrumento de aprendizagem para o próprio aluno.

Metas

- Atividades que resgatem a auto-estima do aluno.
- Cobrança coletiva dos trabalhos extra-classe, avaliando participação, compromisso e responsabilidade
- Ao final de cada ano o ajuste e as orientações da intervenção pedagógica sejam suficientes para que o aluno aprenda.

Ações

- Resgatar o processo de auto-avaliação.
- Conscientizar os alunos da importância de refletir sobre o próprio erro, corrigindo-o, tomando por base as diferenças individuais.
- Desenvolver postura para a aprendizagem, curiosidade, interesse, mobilização de informação, autonomia e responsabilidade na realização de suas tarefas como cidadão.

B - Planejamento Didático

Problemas

- Dificuldade para elaborar atividades para entender alunos com aprendizagem diferenciada.
- Dificuldade de elaborar projetos de trabalhos em sala de aula.

Objetivos

- Elaborar planejamentos disciplinares semestralmente relacionados a expressão oral, escrita e leitura.
- Capacitar os professores para trabalhar os projetos (oficinas) simulando o dia-a-dia da sala de aula.

Metas

- Discutir com os professores a importância do ato de planejar e das atividades diferenciadas, detectando o nível de aprendizagem dos alunos.
- Durante o ano serão realizados encontros pedagógicos como os professores, capacitando –os a trabalhar com projetos em sala de aula.

Ações

- Integração dos professores ao elaborar o planejamento.
- Utilização dos PCNs.
- Proporcionar aos professores momentos de discussão para análise do nível de aprendizagem das turmas no final do ano letivo.
- Desenvolver projetos na escola que venham proporcionar a interdisciplinaridade.

C – Currículo / Conteúdos

Problemas

- O planejamento curricular é satisfatório, porém, os conteúdos propostos não são atingidos em sua totalidade, devido a difícil assimilação por parte dos alunos.
- Preocupação com a quantidade de conteúdos a ser atingida durante o ano letivo em detrimento de sua qualidade.

Objetivos

- Adequar determinados conteúdos à realidade dos alunos, tornando-os significativos.

- Ao iniciar o ano letivo deve-se estabelecer critérios (tipo e valor) de avaliação, para serem adotados bimestralmente, tomando por base as diferenças individuais.
- Durante todo o ano letivo, a aprendizagem do aluno deve estar voltada para a sua formação integral, atingindo os objetivos específicos dos conteúdos propostos.

Metas

- Tornar as aulas mais interessantes, estimulando à participação, melhorando a assimilação dos alunos.
- Reunir os professores para o conhecimento da diversidade de recursos avaliativos.
- Desenvolver propostas de trabalho envolvendo os temas transversais.

Ações

- Possibilitar aos professores estudo dos PCNs, para que possam inteirar – se dos conteúdos e melhorar a execução de sua função.

D – Processo Ensino / Aprendizagem

Problemas

- Falta de assistência individual ao aluno.
- Dificuldade de alguns professores trabalhar atividades, com assuntos atuais significativos.
- Falta seqüência do conteúdo do ano anterior.
- Falta de domínio de alguns professores em determinados conteúdos.

- Aprendizagem deficitária em função de turmas heterogêneas, idade incompatível, desigualdade sócio econômica.

Objetivos

- Garantir um atendimento individualizado aos alunos com dificuldade de aprendizagem.
- Proporcionar cursos de capacitação para os professores.
- Observar o desempenho de aluno no ano anterior no conteúdo a ser trabalhado.
- Conscientizar o professor de sua autonomia dentro de sala de aula.
- Planejar as aulas do dia – a – dia de forma interdisciplinar.
- Fazer o acompanhamento do que foi planejado junto ao professor na sala de aula.

Metas

- Dar assistência individual aos alunos com dificuldade, atendendo suas diferenças.
- Proporcionar aulas inovadoras, criativas, que parta da realidade do aluno.
- No decorrer do seu trabalho, o professor deverá estar sempre se aperfeiçoando, buscando não somente a sua segurança com relação aos conteúdos ministrados como domínio na sala de aula.
- Os professores devem primeiramente resgatar a auto – estima do aluno, tornando suas aulas transformadoras, tanto ao nível de conhecimentos quanto a questão de valores.

Ações

- Discutir os meios de atendimento individualizado ao aluno.
- Realizar trabalho interdisciplinar, baseado na deficiência dos alunos.
- Promover encontro com os professores para discussão dos conteúdos do ano anterior.
- Planejamento coletivo de acordo com os PCNs e com a necessidade da turma, porém com avaliação diferenciada.
- Palestras, gincana cultural, etc.
- Conscientizar o professor da necessidade do acompanhamento pedagógico.

E – Gestão Escolar

Problemas

- Gestão não participativa de pais e alunos.
- Necessidade de ampliar e reparar a rede física.
- Melhoria no envolvimento do colegiado nas atividades da escola
- Centralização financeira pela Secretaria de Educação
- Indicação de diretores e vice-diretores.
- A divisão da escola em três núcleos interfere na organização administrativa
- Falta de comunicação dos acontecimentos entre os diversos segmentos

Objetivos

- Conscientizar pais e alunos da importância de participar do que se refere a escola.
- Ampliar as condições físicas dos prédios e fazer pequenos reparos.

Metas

- Implementar o funcionamento do colegiado nas áreas pedagógicas, financeiras e administrativas da escola.
- Descentralizar recursos financeiros da Secretaria de Educação para as escolas municipais
- Optar pela eleição de diretores e vices.
- Solicitar a SME um vice-diretor para cada núcleo escolar
- Promover reuniões administrativas e pedagógicas para maior interação e comunicação entre os diversos segmentos da escola
- Buscar a participação dos pais na vida escolar dos filhos conscientizando-se do seu papel.
- Todo membro do colegiado, a partir da 1ª reunião deverá estar ciente do seu papel e envolvido em todas as atividades.

Ações

- Gerenciamento e prestação de contas dos recursos financeiros pela direção e colegiado escolar atendendo as necessidades da escola
- Aumentar a participação da comunidade escolar nas decisões administrativas uma vez que o gestor foi eleito por tal segmento, devendo assim representar a vontade desta comunidade em situações cabíveis.
- Attingir um melhor funcionamento da organização administrativa através de divisão de tarefas entre os responsáveis e compatibilidade do horário de permanência do gestor com o horário de funcionamento da escola.
- Registro das decisões tomadas em cada reunião favorecendo o seu cumprimento por todos os responsáveis.
- Desenvolver atividades pedagógicas que envolvam a comunidade escolar.
- Promover a “Escola Aberta”, ação na qual, pais e alunos estariam presentes na escola nos finais de semana para participarem de recreações, assistência médica, oficinas e cursos de informática, bordado, pintura, dança , teatro, música, atividades esportivas - monitoradas por profissionais do (município, secretaria ou escola) designados para estas funções.
- Montagem da planilha para pequenos reparos necessários.
- Estudo de legislação e reuniões bimestrais com todos os membros do colegiado.
- Utilização das verbas na elaboração de projetos pedagógicos, melhoria na rede física, aquisição de recursos tecnológicos e manutenção constante dos mesmos, campeonatos esportivos, gincanas, atividades extra-escolares, realização de oficinas com os alunos, material didático suficiente para o aluno e um kit para o professor, variedade do lanche durante as reuniões.
- Observar e ter condições para sanar problemas no funcionamento geral da escola, como a falta de profissionais de serviços gerais, inspetores de alunos, especialistas, professores eventuais, recuperadores e de arte – este último responsável pela ornamentação da escola, secretários e porteiros.
- Desenvolvimento de um trabalho administrativo e pedagógico coletivo na escola.

F – Integração Escola / Comunidade

Problemas

- A comunidade não se integra à vida de seus filhos na escola, mostra-se omissa e indiferente.

Objetivos

- Ampliar a participação dos pais na vida escolar.
- Conscientizá-los da importância de participarem do processo ensino - aprendizagem dos filhos.
- Fazer parcerias com representantes da comunidade, buscando maior compartilhamento dos pais com as ações pedagógicas , didáticas e administrativas

Metas

- No decorrer de cada ano letivo envolver os pais em atividades inerentes a escola.
- Conseguir estreitar os laços escola/família, através da conscientização dos pais sobre a responsabilidade para com a vida escolar dos filhos.

Ações

- Trazer a comunidade para a escola através de reuniões de conscientização.
- No decorrer do ano letivo, espera – se fazer parcerias com a comunidade para a execução de atividades integradas ao currículo.
- Criar um ambiente propício e convidativo para a participação dos pais nas ações escolares.

G– Organização do Tempo Escolar

Problemas

- Desrespeito ao tempo de aprendizagem do aluno.
- Aulas nem sempre planejadas, facilitando a indisciplina do aluno.

Objetivos

- Garantir a aprendizagem dos alunos;
- Respeitar as diferenças individuais, atendendo o ritmo e o tempo que cada um leva para aprender.
- Ampliar as oportunidades de aprendizagem para maior eficácia do trabalho.
- Promover uma reestruturação administrativa e pedagógica, visando favorecer a aquisição do conhecimento em prol do progresso do aluno

Metas

- Incentivar o crescimento do aluno e conscientizá-lo de seus direitos e deveres.

Ações

- Enturmação de acordo com idade e nível de aprendizagem.
- Promover encontros para estudo e planejamento contínuo (preferencialmente no início de cada mês).
- Participação ativa nas atividades curriculares, reuniões e projetos.

H – Organização do Espaço Escolar

Problemas

- O espaço físico da quadra não permite que dois ou mais profissionais trabalhem concomitantemente.
- Não utilização de algumas áreas da escola

Objetivos

- Criar novos espaços destinados ao lazer.

Metas

- Utilizar as áreas em torno da escola para ministrar as aulas de educação física e favorecer mais uma opção de lazer para as crianças
- Conscientizar os professores a trabalharem alguns conteúdos fora do ambiente da sala de aula.

Ações

- Reforma, ampliação e conservação das áreas destinadas ao esporte, brincadeiras e oficinas para os alunos.

I – Cronograma

ESTRATÉGIAS	RESPONSÁVEIS	PERÍODO
Elaborar projeto e planilha de reforma e construção de novas áreas.	Direção e Colegiado	2007 / 2008
Reuniões Pedagógicas	Supervisão	Início e término do ano letivo. Sempre que necessário
Planejamento coletivo	Supervisão e professores	Bimestral
Conselho de Classe	Supervisão, orientação e professores	Bimestral
Reunião de Pais	Direção, colegiado, professores	Nos meses de Março a Novembro
Avaliação e acompanhamento da aprendizagem individual do aluno.	Professores	Início de Fevereiro.
Avaliações bimestrais	Professores e Supervisão	Bimestral

Listagem de recursos didáticos	Direção e Supervisão	Durante todo o ano
Cursos de Capacitação	Direção, Especialistas e Professores	Durante todo o ano
Projetos das datas comemorativas, gincanas	Toda comunidade escolar	Durante todo o ano
Projeto de Intervenção Pedagógica	Supervisão e Professores	Final de cada semestre
Elaboração das “regras de convivência”	Professores e alunos. Direção, Especialistas, Professores e alunos	Início do ano letivo
Avaliação de desempenho Individual	Comissão de avaliação	Dezembro
Reunião do Colegiado	Direção e Colegiado	Bimestral
Confraternização / Formatura 4ª e 8ª série	Direção, Supervisão, Professores e alunos.	Dezembro
Avaliação e replanejamento da Proposta Pedagógica	Comunidade escolar	Dezembro

BIBLIOGRAFIA

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.) Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1994.

BASTOS, João Baptista (org.). Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BRASIL. Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: primeiro segmento do ensino fundamental. 3 ed. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. Introdução. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. Volume I. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos: segundo segmento do ensino fundamental. Volume II. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada: Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília, MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 4, de 29 de janeiro de 1998: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. In <http://www.mec.gov.br/cne>

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referenciais para a formação de professores. Brasília: MEC/SEF, 1999.

CASTRO, Magali de. As instituições escolares rumo ao terceiro milênio: implicações do atual contexto de globalização na construção do projeto político-pedagógico. In: PINTO, Fátima Cunha Ferreira;

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Parecer CEE 1132/97.

_____. Resolução 444 de 24 de Abril de 2001. Regulamentação para a Educação de Jovens e Adultos.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CEB n.º 04/98 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – Brasília.

_____. Resolução CEB n.º 02/98 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – Brasília.

_____. Parecer CEB n.º 11/2000 – Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos – Brasília.

_____. Resolução CEB n.º 1/2000 – Estabelece Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos – Brasília.

FELDMAN, Marina; SILVA, Rinalva Cassiano (orgs.). Administração escolar e política da educação. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1997.

Costa, Marisa Vorraber (Org.). Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo. São Paulo: Cortez, 1996.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Trabalho escolar e conselho de classe. Campinas: Papirus, 1992.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). Gestão democrática da educação. São Paulo: Cortez, 1999.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Art Méd, 1993.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997.

GADOTTI, Moacir. Organização do trabalho na escola: alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1993.

GANDIN, Danilo e GANDIN, Luis Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. Petrópolis: Vozes, 1999.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola. Campinas: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública. São Paulo: Loyola, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa et alli. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MENEGOLLA, Maximiliano e SANT'ANA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão democrática da educação. Petrópolis: Vozes, 1997.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 1990.

PARO, Vitor Henrique. Por dentro da escola pública. São Paulo: Xamã, 1995.

PEDRA, José A. Currículo, conhecimento e suas representações. Campinas: Papirus, 1997.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. Projeto pedagógico e avaliação da escola: o local e o global na sua definição. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani e SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (orgs.). Formação do educador e avaliação educacional: conferências e mesas-redondas, v. 1. São Paulo: UNESP, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. A organização do trabalho na escola. In: Revista ANDE, nº 11, 1993.

PLACCO, Vera M. N. de Souza. Formação e prática do educador e do orientador. São Paulo: Papirus, 1996.

SACRISTÁN, Gimeno J. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. ; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTIAGO, Maria Eliete. Projeto pedagógico da escola: uma contribuição ao planejamento escolar. In: Revista de Administração Educacional, Recife, v. 1, nº 1, p. 69-73, jul./dez. 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Resolução SEE n.º 521** de 02 de Fevereiro de 2004 – Dispõe sobre a organização do ensino na rede estadual de Minas Gerais.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. A escola pública como local de trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. Supervisão da educação: do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva. São Paulo: Cortez, 1991.

VALE, José Misael Ferreira do. Projeto político-pedagógico como instrumento coletivo de transformação do contexto escolar. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani e SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da (orgs.). Formação do educador e avaliação educacional: conferências e mesas-redondas, v. 1. São Paulo: UNESP, 1999.

VALERIEN, Jean. Gestão da escola fundamental: subsídios para análise e sugestão de aperfeiçoamento. São Paulo: Vozes, 1993.

VALLS, Álvaro L. M. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Col. Primeiros Passos; 177).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1996.

VEIGA, Ilma Passos e RESENDE, Lúcia M. G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político- pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.

XAVIER, Antônio Carlos da Ressurreição, AMARAL SOBRINHO, José. Como elaborar o plano de desenvolvimento da escola, aumentando o desempenho da escola por meio do planejamento eficaz. Brasília: Programa FUNDESCOLA, 1999.

Almenara, Abril de 2007.

Zenaide Fonseca Barbosa
Diretora

Colegiado Escolar:
